

Maria Luiza Heine

# Jorge Amado e os Coronéis do Cacau



Jorge Amado e os  
Coronéis do Cacau

Maria Luiza Heine

# Jorge Amado e os Coronéis do Cacau



Editora da UESC

Ilhéus - BA - 2004

© 2004 by MARIA LUIZA HEINE

Direitos desta edição reservados à  
EDITUS - EDITORA DA UESC

Universidade Estadual de Santa Cruz

Rodovia Ilhéus/Itabuna, km 16 - 45650-000 Ilhéus, Bahia, Brasil

Tel.: (073) 680-5028 - Fax: (073) 689-1126

http://www.uesc.br/editora e-mail: editus@uesc.br

#### **GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**

PAULO GANEM SOUTO - GOVERNADOR

#### **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

ANACI BISPO PAIM - SECRETÁRIA

#### **UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ**

ANTONIO JOAQUIM BASTOS DA SILVA - REITOR

LOURICE HAGE SALUME LESSA - VICE-REITORA

#### **DIRETORA DA EDITUS**

MARIA LUIZA NORA

#### **PROJETO GRÁFICO E CAPA**

ADRIANO LEMOS

#### **REVISÃO**

ANTONIA ALVES DE OLIVEIRA

#### **CONSELHO EDITORIAL:**

ANTÔNIO ROBERTO DA PAIXÃO RIBEIRO

DÁRIO AHNERT

DORIVAL DE FREITAS

ERONILDA MARIA GÓIS DE CARVALHO

FERNANDO RIOS DO NASCIMENTO

FRANCOLINO NETO

LINO ARNULFO VIEIRA CINTRA

MARIDALVA SOUZA PENTEADO

MARIA LAURA OLIVEIRA GOMES

MARILEIDE SANTOS OLIVEIRA

PAULO DOS SANTOS TERRA

REINALDO DA SILVA GRAMACHO

ROSANA LOPES

ROZEMERE CARDOSO DE SOUZA

#### **EQUIPE EDITUS**

**DIRETOR DE POLÍTICA EDITORIAL:** JORGE MORENO; **REVISÃO:** MARIA LUIZA NORA;

**SUPERVISÃO DE PRODUÇÃO:** MARIA SCHAUN; **COORD. DE DIAGRAMAÇÃO:** ADRIANO LEMOS;

**DESIGN GRÁFICO:** ALENCAR JÚNIOR.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

H468

Heine, Maria Luiza.

Jorge Amado e os coronéis do cacau / Maria Luiza Heine. - Ilhéus,

Ba : Editus, 2004.

103p. : il.

ISBN: 85-7455-081-7

Bibliografia: p. 101-103

1. Ilhéus (BA) - História. 2. Ilhéus (BA) - História - Crítica e interpretação. 3. Amado, Jorge, 1912-2001 - Personagens. 4. Coronelismo. 5. Cacau na literatura. I. Título

CDD 981.425

Dedico este livro às minhas filhas Tina e Lu, às  
minhas netas Luiza e Letícia, pela alegria com que  
enchem meu coração.

A Leo e Flávio.

À minha mãe Nilda, à minha tia Tirma, às minhas  
irmãs Silvinha e Gina, aos meus amados sobrinhos  
Pat, Paola, Bella, Lipe e Priscilla.

À Suêde, Larissa e Luiza e às pessoas que me amam  
e confiam em mim.

À amiga e mestra Marli Geralda Teixeira,  
pelo apoio e confiança.

# Sumário

APRESENTAÇÃO

9

INTRODUÇÃO

11

TERRAS DO SEM FIM: Memória Histórica

17

A CULTURA DO CACAU E  
O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO

21

UM CASO ESPECÍFICO DE OCUPAÇÃO:

O Sequeiro do Espinho

31

CACAU E PODER

35

SINHÔ BADARÓ E CORONEL BASÍLIO

57

O ROMANCE

77

HISTÓRIA E FICÇÃO

83

CONSIDERAÇÕES FINAIS

95

FONTES IMPRESSAS E ORAIS

99

BIBLIOGRAFIA

101

## APRESENTAÇÃO

O trabalho da pesquisa e da escrita da história por um estudioso envolvido cultural e afetivamente com o tema pesquisado torna-se extremamente desafiador e fascinante, embora problemático. Trata-se, segundo o que é aceito atualmente pela teoria e pela metodologia da História, de buscar o equilíbrio entre o sujeito que pesquisa e o objeto pesquisado; buscar o máximo de objetividade, sem desconhecer a presença da subjetividade e a inevitável pressão do universo cultural onde o estudioso se insere; escrever uma História para o esclarecimento da sociedade, sem prescindir do prazer individual que tal experiência produz.

A formação original de Maria Luiza Heine na área de Filosofia, sua incursão pelo campo pedagógico e sua irresistível atração pelo estudo da História levou-a, desde cedo, a recolher dados sobre a História de Ilhéus, a terra de sua família, e à especialização em História Regional, curso concluído na UESC em 1996. Do ponto de vista de sua vocação profissional, portanto, Maria Luiza buscou, talvez inconscientemente, colocar-se no lugar fascinante e ao mesmo tempo complexo do estudioso que procura estudar seu entorno e acaba por estudar a si mesmo. É o que se observa neste trabalho. Não se trata apenas de um estudo sobre Jorge Amado e os coronéis do cacau, mas um estudo da compreensão que a autora elaborou sobre a terra, as figuras e o autor escolhido; um estudo sobre a relação entre pessoas e a terra natal, entre o autor e suas raízes.

Muito apropriadamente, portanto, o objeto do seu estudo é a produção de Jorge Amado sobre a região cacauzeira, especialmente o romance Terras do Sem Fim. A relação que o autor escolhido desenvolveu com sua região expressou-se sob a forma literária do romance. Para ele, a tarefa era a criação, a imaginação. A ficção construída a partir de lembranças, experiências, representações de certos tipos e papéis sociais.

Para ela, foi o compromisso de focalizar essa ficção do ponto de vista da metodologia da História e buscar a compreensão do significado assumido pela produção literária na escrita da História.

O resultado desse encontro entre Maria Luiza, a região cacauera e as obras escolhidas de Jorge Amado estão aqui, neste livro que nasceu originalmente como monografia do seu curso de Especialização em História Regional, e que agora vem a público com o apoio da Editus/UESC. Parabéns à autora e à Editus. Ambas têm trabalhado para o fortalecimento do conhecimento histórico da região.

Salvador, 18 de novembro de 2003

Marli Geralda Teixeira<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Profa. Doutora em História, Diretora do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

## INTRODUÇÃO

Minha infância foi marcada pelas histórias que ouvi a respeito dos coronéis do cacau. Meu avô nunca teve o título de coronel, oficialmente, mas eu ficava intrigada porque quando ele já estava velhinho todos o chamavam de coronel Natan. Eu, menina muito curiosa, gostava de perguntar - por que? Na adolescência ouvia as “conversas” que circulavam em torno de um escritor que estava fazendo sucesso, contando “mentiras” sobre os coronéis do cacau, homens que mereciam o respeito de todos, pois haviam construído esta região com muito suor e sangue, e vinha aquele “comunista” renegar sua terra e sua gente. E ainda mais escrever de uma forma tão imoral sobre pessoas tão ilustres. Seus livros eram proibidos em nossa casa.

Estes fatos, estes comentários ficaram no meu subconsciente de tal forma, que nunca me interessei por ler seus livros. “Sub-literatura” não interessava a moças de “família”.

Somente na idade adulta tive oportunidade de ter contato com a obra de Jorge Amado pela primeira vez. Foi uma surpresa muito grande e muito agradável. Encontrei um filósofo popular, um poeta, um homem extremamente sensível que foi capaz de retratar uma época muito marcante de uma região com uma felicidade incrível, mas que nem todos foram capazes de compreender.

Passei a me interessar por suas obras, e das mais de trinta publicadas só me falta ler duas ou três. Algumas delas li e reli inúmeras vezes, e pude analisar as razões das severas críticas e objeções passadas. Pude compreender porque Jorge Amado descontentou tantos membros da sociedade local...

Logo me chamou a atenção a facilidade com que a população reconhecia nos personagens dos romances, as pessoas da vida real. Sinhô Badaró existiu. A família ficou aborrecida porque Jorge Amado retratou de forma tão pouco verdadeira

o grande patriarca daquela família. Esta pensa que a vida de Sinhô foi muito mais “bonita” do que aquela apresentada na narrativa do escritor. De certa forma, eles não entendem porque o romance não é biográfico, “ele mudou tudo!”.

Havia um sentimento de indignação daqueles que se sentiam denominados de “cornos”, “caxixeiros”, “exploradores”, e outras coisas mais.

Com o passar do tempo o nome de Jorge Amado foi crescendo mundialmente, e a situação foi se invertendo. Seus livros começaram a ficar conhecidos no mundo inteiro, ele começou a ser homenageado em inúmeros países, seus romances foram traduzidos para mais de vinte idiomas. Isto tornou a região cacauera conhecida no mundo e muitos turistas vinham visitá-la procurando conhecer os personagens do romance e os locais narrados pelo famoso autor.

Foi então que comecei a questionar o que seria histórico, o que seria ficção. Que personagens retratariam os homens desta terra, ou o que teria feito o escritor para criar aqueles personagens, pessoas tão vivas na imaginação popular?

Quando iniciei o Curso de História Regional, achei que teria uma ótima oportunidade para fazer o trabalho que havia me deixado curiosa. Procurar, a partir de um romance de Jorge Amado ligado à região cacauera do Sul da Bahia, avaliar até que ponto o romancista utiliza-se de fatos históricos para a composição de sua trama.

São cinco os romances de Jorge Amado sobre a região cacauera: Cacau, onde demonstra sua intolerância ao sistema capitalista, ainda sem a qualidade que iria caracterizá-lo mais tarde. Terras do Sem Fim, obra que escolhemos, por ter focado uma das mais cruéis lutas pela posse de terra, e também por apresentar dois personagens muito interessantes: Sinhô Badaró e coronel Horácio da Silveira. Segundo o dizer popular, estes personagens retratariam o próprio Sinhô Badaró, pessoa que efetivamente existiu e o coronel Basílio de Oliveira, tido

como chefe de jagunços e que travou realmente uma luta pela posse das terras do Sequeiro do Espinho. São Jorge dos Ilhéus, continuação do anterior. Gabriela, Cravo e Canela, uma obra que fala do luxo e da riqueza que aconteciam nas terras do cacau, na sua época de apogeu, por conta da quantidade de dinheiro que o cacau gerava. Por último temos a obra Tocaia Grande, obra bem mais recente, mas que fala da forma como os coronéis resolviam seus problemas: nas balas de uma repetição.<sup>2</sup>

Nossa primeira dúvida foi quanto à validade da nossa proposta. Em um determinado momento pensamos até em mudar o tema, mas o apoio que recebemos dos professores do curso nos ajudou a concluir que valeria a pena seguir em frente.

Quanto à fundamentação teórica, partimos da obra de Roger Chartier, *A História Cultural*, que nos mostrou ser possível a utilização da literatura como fonte para análise histórica.

A recente utilização de textos literários pelos historiadores, neste caso perdem a sua natureza literária para serem reconduzidos ao estatuto de documento, válidos porque mostrando, de um outro modo, o que a análise social estabeleceu pelos seus próprios processos (CHARTIER, 1988, p. 62).

Quanto à Metodologia, utilizamos o Método Comparativo. A partir do que encontrávamos nos romances, partíamos para procurar nas obras publicadas, nas entrevistas feitas, e até mesmo em conversas informais com pessoas mais velhas, o que seria histórico, para, na medida do possível, tentar separar ficção e realidade. Utilizamos também a História Oral para conseguir levantar pontos importantes, já que não existem

---

<sup>2</sup> Espécie de rifle ou arma de repetição, Aurélio: p. 1487 (“...Antoninho caiu, o corpo varado de balas de repetição quarenta e quatro, papo-amarelo” segundo Nelson de Faria).

documentos disponíveis para consulta. A região não possuía um Arquivo Público e as famílias perderam muitos documentos que poderiam nos ajudar.

Na obra *Navegação de Cabotagem*, com subtítulo de “Apontamentos para um livro de memórias que jamais escreverei”, encontramos pistas para aqueles pontos que já pareciam claros em nossa mente: o autor partiu da realidade para compor seus personagens e suas tramas, mas não poderíamos nunca considerá-los romances históricos. Que me perdoem aqueles que, gostando ou não, assumiram a roupagem de um determinado personagem; o escritor grapiúna é um grande contador de histórias, e o que ele faz é uma verdadeira “colcha de retalhos” com os acontecimentos da região cacauera no início do século XX.

Em *Navegação de Cabotagem*, ele afirma que “personagem de romance dificilmente retrata tal ou qual pessoa, não é ninguém por ser quase sempre a soma de vários indivíduos, de cada um toma detalhe físico ou moral” (AMADO, 1992, p. 553). E cita alguns pontos, como, por exemplo, o bigode, o jeito, a maneira de andar, um simples sinal no corpo.

Diz ainda que pode o romancista se utilizar de um único cidadão, mas que ao colocá-lo nas páginas do romance, ele cresce com uma personalidade própria, afastando-se do modelo inicial de tal forma, que nem mesmo o próprio modelo é capaz de reconhecer-se. E cita como exemplo o caso do coronel Teodoro das Baraúnas, personagem do romance *Terras do Sem Fim*, que ele teria se baseado num tio seu chamado Manuel Alves, “aventureiro e embrulhão” que nunca se reconheceu no personagem, pois a personalidade do mesmo tomou um caminho diferente do modelo no qual foi inspirado.

Com seu ar irreverente, Jorge Amado diz que “as línguas de trapo” ficavam querendo descobrir quem seriam os modelos para seus personagens. “Espalhavam ser o coronel Horácio da Silveira a cópia fiel, o retrato do coronel Basílio de Oliveira, des-

bravador de terras, chefe de jagunços, amigo de meu pai, avô de Itassucê” (Id; Ibid.). Mas, na verdade, ele retratava os coronéis da sua infância: o próprio Basílio, Henrique Alves, Pedro Catalão, Misael Tavares e, também, João Amado, seu pai.

Sobre o outro personagem, Sinhô Badaró, ele conta que o que se impunha era a figura do coronel na imaginação do menino, que foi colocado como personagem do romance, como assistente do julgamento do coronel Horácio.

Foi mais de um ano de leitura, de pesquisa, de conversas, de entrevistas. Sentimos que é preciso que se escreva muito ainda sobre a história deste povo e desta terra. A falta de material para consulta é muito grande.

No início do século XX, quando tudo indica que o cacau poderá ser apenas uma lembrança na memória dos mais velhos, e um amontoado de histórias para as gerações que virão, precisamos conhecer e divulgar sua verdadeira história para que se conheça de que forma foi construído o nosso país.

## **TERRAS DO SEM FIM: Memória Histórica**

A história da região onde se insere a cidade de São Jorge dos Ilhéus começa na década de trinta do século XVI, nos tempos das capitânicas hereditárias, quando se iniciou a ocupação das novas terras encontradas pelos portugueses. Seu nome se deve a uma homenagem ao donatário português, Jorge de Figueiredo Corrêa, e às inúmeras ilhas que existiam naquela época.

As crônicas escritas por viajantes que por aqui passaram dão conta de que eram magníficas as terras que couberam a Jorge de Figueiredo. Suas matas eram exuberantes e ricas de madeiras preciosas para toda sorte de obras.

Não encontramos a data exata da fundação da vila, mas o que se sabe é que a carta de doação da Capitania de Ilhéus foi assinada em Évora a 26 de junho de 1534, que a expedição colonizadora de Francisco Romero saiu do Tejo em 1535 e que a vila foi fundada no mesmo ano ou em 1536. O historiador Coelho Filho (2000) levanta a hipótese de a vila ter sido fundada somente dez anos depois, por volta de 1546.

Segundo Barbosa (1977, p.26): “no governo de Tomé de Souza, Ilhéus era o maior centro econômico do Brasil”. Diz ainda que a vila era próspera e rica a ponto de Tomé de Souza escrever ao rei D. João III dizendo: “É a melhor cousa desta costa para fazendas e a que mais rende agora para si, Alteza”.

Sobre este ponto, concorda o escritor Varnhagen, citado

por Campos (1881) quando afirma que “estava sendo de todas (as capitanias) a que mais rendia” (p. 222).

Na época que os portugueses chegaram às terras do Brasil, Portugal já se destacava no comércio internacional do açúcar, apoiado nas plantações de cana que instalara nas ilhas atlânticas de Açores e Madeira, ainda no século XV. Ali foram estabelecidas sesmarias entregues a colonos que utilizavam a mão-de-obra escrava para o cultivo da cana e a produção do açúcar.

Os portugueses insistiam no cultivo da cana-de-açúcar, pois este era o projeto primordial do colonizador português: produção para exportação, aproveitando um mercado em plena expansão; uma vez que o litoral era visto como área adequada ao cultivo da cana, a Capitania dos Ilhéus certamente não escaparia a este paradigma inicial.

Barbosa (1977, p. 32) narra que as primeiras tentativas de cultivo da cana de açúcar no Brasil foram realizadas no Rio de Janeiro, onde não produziram qualquer consequência econômica. Foram feitas plantações de sucesso em São Vicente, e Ilhéus chegou a possuir oito engenhos de grande produtividade, ainda na primeira metade do século XVI.

O historiador Varnhagen diz ainda, comparando a capitania de Ilhéus com a de Porto Seguro, que na primeira não faltavam colonos com capital suficiente para os investimentos necessários e informa que as terras eram magníficas, o que faltava era governo. Que em tudo era melhor que a segunda. Ele culpa a inabilidade de Francisco Romero, preposto do donatário, no trato com os habitantes e com os indígenas, pelo malogro da capitania que tudo possuía para seu desenvolvimento (p. 220).

Seu apogeu, todavia, foi efêmero. Depois da morte do seu donatário, em 1551, a capitania foi passando de mão em mão, entrando em declínio, não passando de mais uma vila sem importância no litoral da colônia, com poucos moradores cultivando cana-de-açúcar, pescando, e sempre sujeitos aos ata-

ques dos índios e dos forasteiros que procuravam os caminhos do sertão em busca de ouro.

Como Jorge de Figueiredo Corrêa não se dispusesse a vir colonizar suas terras e tivesse incumbido a Francisco Romero de substituí-lo, para incrementar esta colonização ele fez várias doações de terras em sistema de sesmarias. Foi assim que doou uma sesmaria a Mem de Sá, que seria o terceiro Governador Geral do Brasil.

Outro problema que impediu o cultivo de cana-de-açúcar foi o ataque dos aimorés, índios bravios que durante muitos anos impediram a ação dos colonizadores. Na localidade de Rio do Engenho, hoje distrito de Ilhéus e distante da sede aproximadamente trinta quilômetros, ainda são encontrados vestígios de um engenho que lá se estabeleceu, na sesmaria pertencente a Mem de Sá. Estes engenhos, ao fim de algum tempo, serviam apenas para fazer melado de cana e aguardente para consumo local.

Com a vinda da Companhia de Jesus para o Novo Mundo, os jesuítas se estabeleceram em toda a costa do Brasil, assim como na costa da Bahia. Sua presença ainda hoje é visível nas inúmeras igrejas e capelas que encontramos nesta região. Na localidade acima citada, do Rio do Engenho, ainda existe a capela de Nossa Senhora de Santana, cuja construção é do século XVI, e ela é considerada a terceira igreja mais antiga do Brasil. Em Olivença, também município de Ilhéus, temos a Igreja de Nossa Senhora da Escada, uma construção dos jesuítas, do século XVII. A presença dos jesuítas no momento da fundação de Olivença foi marcante, e lá é realizada anualmente uma festa em homenagem a São Sebastião, a única festa folclórica típica desta região e que, diz a lenda, começou ainda com os jesuítas, pois a festa é uma mesclagem de rituais católico e indígena.

Não só na costa do município de Ilhéus encontramos a presença dos jesuítas, através de suas igrejas, mas em toda a costa da Bahia, como é o caso das igrejas de Maraú, Camamu, Cairú, Taperoá e Valença.

Até o século XVIII, o governo português continuou do-

ando inúmeras faixas de terra denominadas sesmarias,<sup>3</sup> numa tentativa de ver a região povoada.

Na localidade hoje denominada Banco da Vitória e em toda a margem do rio Cachoeira encontramos nas escrituras com cadeia sucessória terras pertencentes a estas sesmarias. Elas ocupavam a faixa de terra situada entre os rios Almada e Cachoeira. A fazenda Primavera, no km 20 da rodovia Ilhéus/Itabuna, é oriunda de duas sesmarias doadas pelo rei de Portugal, uma à família portuguesa Amorim e outra a uma família alemã, Berbert, que vieram a se unir por matrimônio no início deste século. Esta fazenda está nas mãos da mesma família há seis gerações, cultivando a mesma cultura, o cacau, e ainda existe a carta de doação com o selo do rei de Portugal, datada de 1816.

Com a decadência da capitania dos Ilhéus, muitas terras foram doadas para os jesuítas, de muitas sesmarias que não haviam sido povoadas. Ainda hoje, nas localidades mais antigas, a Igreja é possuidora de muitas terras. Assim sendo, os jesuítas possuíam grandes extensões de terra que não cultivavam, como também impediam que fossem cultivadas por terceiros. Dessa forma, a região foi ficando esquecida tornando-se apenas ponto de parada para uma embarcação ou outra.

Até meados do século passado, o sul da Bahia se apresentava como uma parte desintegrada da província. Voltados para os cultivos de subsistência, os moradores daquela região se limitavam a ocupar uma estreita faixa de terra próxima ao litoral. As comunicações se faziam através de uma navegação costeira, cujos barcos tocavam os diversos portos regionais (FREITAS, 1979, p. 11).

---

<sup>3</sup> SESMARIA - Faixa de terra que possui uma légua (seis quilômetros) de frente, por uma distância, de frente a fundo, o tanto que a pessoa conseguir demarcar.

## A CULTURA DO CACAU E O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO

O cultivo do cacau é muito antigo e remonta à cultura asteca no México. “O nome mais antigo da árvore ‘kakawa’ é utilizado pelos Olmec, povo do litoral do Golfo do México que construiu a primeira das grandes civilizações mesoamericanas” (WORLD WATCH, p. 18). Isto foi por volta do ano 1.000 a.C. Os Maya do norte da Guatemala adotaram o nome dado pelos Olmec (Kakawa).

Segundo Barbosa (1977), o cacaueteiro é nativo das bacias do Orinoco e do Amazonas, e antes de Cristo já era cultivado pelas grandes civilizações indígenas do continente, principalmente incas e astecas. Os astecas possuíam uma lenda atribuindo origem divina ao produto e, em determinada época, ele foi utilizado como dinheiro, como meio de troca, tamanho o valor que lhe era atribuído.

Os índios torravam as amêndoas e as tritavam entre duas pedras, ferviam em água aromatizada com baunilha, canela, pimenta ou suco de aveia, até ficar com uma consistência pastosa, e serviam em taças. Só os nobres e pessoas abastadas podiam saborear a bebida, que conferia poder divino a quem o ingerisse. Foram os espanhóis que adicionaram o açúcar e criaram o chocolate que conhecemos hoje, difundindo sua utilização pela Europa.

Durante muito tempo os espanhóis guardaram como segredo a fabricação do chocolate, tanto assim que corsários

holandeses, ao apreenderem um carregamento de amêndoas de cacau, jogaram a preciosa carga ao mar, conforme narra Arléo Barbosa, pensando que se tratasse de excrementos de ovelhas (BARBOSA, 1977, p. 16).

O cacau penetrou na Europa no Século XVII, e a primeira casa de chocolate foi inaugurada em 1657 na Queens Head Alley, em Londres. Na mesma época, em Viena, surgiu um livro escrito por um clérigo, Francisco Rauch, insinuando que o cacau seria “afrodisíaco” e proibindo aos clérigos de ingeri-lo. O nome científico do cacau é *Theobroma Cacao*, isto é, “cacau - manjar dos deuses”, e assim foi batizado pelo naturalista sueco Carolus Linneu.

Em 1746 foram trazidas para a região as primeiras sementes de cacau, pelo francês Louis Frederic Warneau e plantadas na margem esquerda do rio Pardo, na fazenda Cubículo, localizada em Canavieiras, então área da Capitania dos Ilhéus. De acordo com a revista *World Watch*, os franceses trouxeram o cacau para a região sul da Bahia para quebrar a hegemonia espanhola sobre a industrialização do mesmo (p. 22).

Durante mais de cem anos, o cacau foi cultivado como planta ornamental, até que, em meados do século XIX, começou a crescer o seu plantio movido pela procura do chocolate no mercado internacional. Os países de clima frio intensificaram a utilização do cacau na sua dieta alimentar.

O governo brasileiro, no início do século XIX, procurou incentivar o povoamento da região, mas por mais que se esforçasse não conseguiu lograr o seu intento. A região era inóspita e não havia nada que prendesse os colonos. Muitos estrangeiros vieram da Europa, atraídos pelas vantagens oferecidas, em busca de mudança de vida. Os primeiros imigrantes estrangeiros chegaram ao Brasil nas primeiras décadas do século XIX, quando famílias alemãs e suíças chegaram ao país atraídas pela política externa do então Reino Unido (Portugal, Brasil e Algarves) e pressionadas por problemas que estavam

acontecendo em suas pátrias de origem. Interessava à política de D. João VI incentivar o povoamento do território brasileiro com famílias européias, especialmente alemãs. Estas famílias estavam pressionadas em seus países pela escassez de terras cultiváveis, concentradas nas mãos da aristocracia agrária, e pela complexidade da reordenação do mercado de trabalho nas áreas urbanas. Elas buscavam, no Novo Mundo, a opção para uma vida melhor. Para atraí-los ao Brasil, o governo apontava para diversas vantagens, lançando mão de propaganda na qual o país aparecia como uma verdadeira “terra prometida”: “...Vá para o Brasil, a terra da água pura e clarinha. Do clima excelente...” (ALENCAR et al, 1990, p. 113).

É nesse contexto que acontece a instalação de famílias alemãs em Ilhéus.

Sobre este assunto, o historiador Sérgio Buarque de Holanda afirma que os alemães que vieram para o Brasil possuíam algum dinheiro, e vieram trazendo a família. “Emigravam da pátria superpovoada por faltar-lhes a oportunidade de um sucesso econômico ou pela incerteza de um futuro promissor aos seus filhos” (Holanda: in Davatz, 1972, p. 226). Queriam adquirir uma propriedade agrícola para tornarem-se economicamente independentes. A grande maioria dirigiu-se para Santa Catarina e São Leopoldo, no sul do país.

Entre os anos de 1818 e 1824 chegaram a Ilhéus cerca de vinte e oito famílias alemãs, que aqui se instalaram. Eram chefiados por Pedro Weyll e Saueracker. Possuíam os ofícios de alfaiate, mecânico, padeiro, relojoeiro e lavradores, e queriam encontrar uma forma de vida melhor para si e para suas famílias. Traziam dinheiro, ferramentas e meios de se estabelecer. Formaram a colônia do Almada, e foram eles que começaram o plantio do cacau, em substituição ao da cana-de-açúcar.

Depois de um certo tempo, a situação deles ficou tão difícil que o governo teve que ajudá-los para que não morressem de fome. Posteriormente, os mesmos alemães fundaram a

“Colônia de São Jorge” na margem esquerda do rio Cachoeira, foi quando realmente o cultivo do cacau começou a suplantar o da cana-de-açúcar. Eles plantaram o cacau às margens do rio por ser o cacaueiro uma planta trazida da Amazônia que necessitava de adaptação e umidade do solo, e também por ser mais fácil retirá-lo para exportação pelo porto. A região estava sujeita a chuvas constantes, possuía um relevo bastante acidentado, sendo todos estes fatores de dificuldade para a agricultura.

O príncipe Maximiliano da Áustria esteve na região em 1861, e no livro que escreveu sobre esta viagem, descreve as dificuldades de locomoção que encontrou tanto por terra, quanto através dos rios, por serem estes de difícil navegabilidade. E diz que o que viu foram matas completamente virgens e inexploradas, tendo algum plantio de cacau apenas nas margens destes rios.

Segundo Freitas (1979, p. 12), “Seguramente pode-se afirmar que a partir dos anos trinta do século XIX, o cacau passou a se constituir em artigo constante entre os exportados pela Bahia”; mas em pequena escala e sem valor significativo e influência sobre a economia do estado.

Como a quantidade exportada ainda fosse pequena, até o final da década de cinqüenta, do século XIX, o cacau foi plantado e cultivado pelos estrangeiros que aqui moravam. Os brasileiros ainda acreditavam mais na cana-de-açúcar.

O governo tentou fazer doações subvencionadas das terras, mas como não obtivesse sucesso, pela lei de 1850 instituiu a venda como forma legal de alienação das terras públicas. Naquela época ninguém se habilitava a comprar aquelas terras. As pessoas recusavam as terras por não terem o que fazer com elas.

Só com a valorização do cacau, só com um motivo forte, as pessoas se atreveriam a se embrenhar nas matas agrestes e cheias de animais selvagens e índios nem sempre amistosos, para tentar tirar dela não só a sua subsistência, como também uma possível riqueza.

O crescimento mais expressivo da lavoura ocorreu a partir de 1860, quando foram introduzidas as variedades de cacau Pará e Maranhão, que possuem mais rusticidade, maior produtividade e não necessitam de muita umidade. Isto favoreceu o plantio pelo interior e nas encostas das elevações.

Neste mesmo ano, começou a se formar o povoado de Tabocas, (atual Itabuna), com a chegada dos primeiros sergipanos que ergueram algumas casas na margem esquerda do rio Cachoeira. Eles formaram um entreposto comercial para servir às pessoas que saíam de Ilhéus rumo a Vitória da Conquista, já naquela época importante ponto de ligação entre o sul e o nordeste do país.

A partir de 1890 nenhum outro município conheceu um crescimento populacional tão grande como o eixo Ilhéus/Itabuna. As pessoas chegavam de navio, a pé, em lombo de burro. “Entre 1892 e 1920 a população do eixo Itabuna/Ilhéus passou de 7.620 habitantes para 105.892 habitantes, correspondendo a um crescimento médio anual de ordem de 6,98%, enquanto o crescimento da população do Estado no mesmo período era de 1,99% ao ano” (GARCEZ, 1977, p. 20). Ainda Garcez (1977, p. 21) afirma que “em nenhum outro lugar ocorreu um fenômeno semelhante com tal intensidade: uma corrida às terras com todas as características de descoberta do ouro, dada a aceleração com que se processa e a multiplicidade dos sujeitos que participam do empreendimento”.

Na última década do século XIX vieram mais sergipanos e forasteiros de outras partes do Brasil, atraídos pelo eldorado em que estava se transformando a região sul da Bahia. Havia muita terra desocupada e o governo fazia qualquer negócio para ocupá-las.

No final dos anos noventa do século XIX, já aparecia o nome do coronel Misael Tavares como pessoa abastada e empreendedora. Misael nasceu pobre, em Olivença, mas rapidamente começou a se sobressair sobre os outros “camponeses”, já era

uma pessoa que aparecia com maior destaque que os outros.

As terras eram vendidas a preço irrisório, qualquer um poderia ocupá-las. Para isto era só demarcar o seu pedaço e requerer a compra ao Estado. O processo era tão demorado que muitas terras levaram mais de trinta anos para serem regularizadas. Se, por um lado, este era um fator que facilitava a ocupação, por outro transformou-se em grandes problemas para seus proprietários, como veremos mais tarde. No início não havia usura. As pessoas aqui chegadas vinham de situações piores e em busca de uma nova opção de vida, não havia mão de obra suficiente e eles demarcavam apenas o que dava para trabalhar com sua família. As pessoas que iniciaram o cultivo do cacau não eram abastadas, muitas eram ignorantes e analfabetas; o que elas queriam era sobreviver.

Muitos sergipanos e cearenses aqui se estabeleceram desta forma, mas logo surgiu um problema: as terras férteis e produtivas abrangiam um espaço limitado e não tão vasto como se podia imaginar. O cacauzeiro é uma planta exigente e para sua produção muitos são os fatores que têm influência, entre eles a qualidade do solo e o clima. As terras que possuem estes requisitos estão em espaço restrito. Deste ponto começou a surgir a ganância e a cobiça. O cacau passou a ser importante fonte de riqueza e os mais fortes começaram a querer comprar ou mesmo se apossar, fosse de que jeito fosse, das terras dos mais fracos. Na última década do século XIX, o cacau assumiu um caráter monocultor, passando a concorrer significativamente para o fortalecimento da renda do Estado.

Se, praticamente durante todo o século XIX, o governo brasileiro fez o possível para atrair imigrantes que ocupassem estas terras do sul da Bahia, após a expansão da lavoura cacauzeira, o que aconteceu foi o inverso. As pessoas vinham espontaneamente, não importa de que forma fosse, de navio, de burro ou a pé. Passou a existir uma corrente migratória regular oriunda do próprio estado.

Trinta anos depois da visita de Maximiliano da Áustria, com a chegada de forasteiros, as matas começaram a cair e, em seu lugar, começou a surgir uma nova floresta, mais baixa, mas produtora de grandes riquezas, riquezas estas que transformariam rapidamente a feição daquela região do sul da Bahia, praticamente esquecida pelos homens durante quase quatro séculos.

Garcez (1977, p. 60) nos fala da relação homem/terra, das transformações impostas à região. “Até então a terra era ocupada com o objetivo de prover a sobrevivência e o excedente da produção era encaminhado para comércio como objetivo secundário, podendo mesmo deixar de existir desde que a subsistência do produtor (da família ou do grupo) fosse satisfeita”.

A cultura amplia-se, na segunda metade do século XIX, favorecida pelos preços internacionais, reunindo numa região de terras devolutas, milhares de pequenos proprietários independentes, a quem se tem chamado quase-camponeses. Esse quase-camponato se configuraria pela detenção da posse, mas não da propriedade da terra e, em geral, por uma vinculação instável com ela (FALCÓN, 1995, p. 26).

Nessa época, uma figura importante foi a do contratista,<sup>4</sup> geralmente alguém que queria trabalhar por conta própria, não queria ter patrão, e demarcava um pedaço de terra já ocupado.

Este sistema ajudou a aumentar a quantidade de cacauzeiros plantados, a substituir uma mão de obra escassa, mas gerou muitos problemas para os contratistas, que muitas vezes foram roubados, expulsos e quando reagiram, muitos perderam a vida.

---

<sup>4</sup> CONTRATISTA - O proprietário dava a terra “em contrato” ao trabalhador, durante cinco anos, onde ele plantaria cacau e culturas outras para sua subsistência e algum comércio, como mandioca, feijão etc. Vencido o contrato, o proprietário das terras pagava os pés de cacau plantados e o contratista ia para outro lugar.

É interessante notar que, nessa época, nas transações comerciais envolvendo fazendas de cacau, o que se vende são as plantações, a terra não tem nenhum valor. O valor da terra está na sua capacidade de produzir cacau.

Com a monocultura do cacau, a população da região foi rapidamente se multiplicando. A concorrência dos recém-chegados que se instalavam arbitrariamente, ocupando as terras desocupadas, gerou o sentimento de ganância e de cobiça pelas terras.

O primeiro sinal de usura partiu do governo do Estado, que aumentou os impostos sobre a exportação de cacau. Até a República, o cacau pagava imposto fixo de 34 réis por quilo exportado. A lei orçamentária de 1892 elevou o imposto para 16% sobre o seu preço, e o fazendeiro de cacau vivia entre as benesses do governo, em tempos de vacas magras, e das altas taxas, na época de vacas gordas.

Na sua dissertação de mestrado sobre os mecanismos de formação da propriedade na região cacauceira, Garcez fala que

Os registros de propriedade, os processos de requerimento das terras devolutas do Estado, na sua curva crescente, demonstram a aceleração do processo de apossamento das terras no Município de Ilhéus (Itabuna/Ilhéus) e permitem que se acompanhe a formação das unidades produtoras, desde a ‘burara’<sup>5</sup> até o ‘conjunto’<sup>6</sup>, isto é, nas várias formas que elas assumiram e, identifiquem-se as tendências pela maior ou menor frequência de cada modelo” (GARCEZ, 1977, p. 61).

---

<sup>5</sup> BURARA - A pequena roça inicial, considerada o limite micro da propriedade cacauceira, também chamada “riça” (GARCEZ, Angelina. Mecanismos de Formação da Propriedade Cacauceira no Eixo Itabuna/Ilhéus - 1890 - 1930 - p. 25).

<sup>6</sup> CONJUNTO - Aglomerado de fazendas, compondo um todo extenso, contínuo ou descontínuo, dedicado à produção de cacau e pertencente a um mesmo dono. É o limite macro da propriedade cacauceira (Ibid).

O cacau foi uma cultura auto-financiada. No início das plantações de cacau, não havia instrumento de crédito, e foi através dos recursos gerados pelo próprio cacau, pelo esforço dos pioneiros, que foram sendo financiadas as novas plantações. O capital obtido no cultivo da terra era reinvestido nela mesma. Quando os instrumentos de crédito chegaram, logo nos primeiros anos do século XXI, foi para começar a inverter as coisas e começar a aglutinar as terras nas mãos de poucos. As pequenas propriedades tornaram-se não lucrativas, e foi muito comum grandes fazendeiros e casas comerciais emprestarem dinheiro aos pequenos agricultores, forçando-os a dar suas plantações em hipoteca, terminando por tomá-las quando eles não conseguiam pagar.

A primeira casa bancária surgida no município foi o Banco de Crédito Hipotecário, em 1905, mas nem sempre os pequenos agricultores tinham acesso ao dinheiro que elas forneciam, com juros bem menores que os dos comerciantes, porque eles não tinham a propriedade regularizada, não possuíam o título de propriedade. Os pequenos agricultores tomavam empréstimos, davam como garantia suas propriedades em hipoteca, e, como na maior parte dos casos não conseguiam pagar, acabavam por perdê-la.

Nesta fase, quando a produção de cacau não pertencia mais aos pequenos “burareiros”, começou a surgir a prática do “caxixe”,<sup>7</sup> quando os pequenos agricultores, na sua maioria analfabetos, eram enganados pelos de maior porte ou pelos comerciantes que queriam se tornar produtores.

Garcez (1977) fala sobre este aspecto da ocupação da terra, comprovando, de certa forma, o que Jorge Amado coloca no

---

<sup>7</sup> CAXIXE - Negociata feita em torno das terras produtoras de cacau (FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário Aurélio). Modalidade fraudulenta de apossamento e/ou comércio de propriedades não registradas ou com documentação irregular (GARCEZ E FREITAS. Diagnóstico Sócio Econômico da Região Cacaueira. CEPLAC, p. 25).

seu romance e que foi um dos nossos questionamentos. Não é possível comprovar a existência dos “caxixes”, pois as coisas não eram feitas às claras. Não há documentos sobre esta prática, mas a memória popular registrou, de forma espontânea, através de casos e conversas passadas de boca a boca através das gerações, as histórias referentes aos recursos utilizados pelos fazendeiros para expandir suas propriedades. A aparência legal sempre era buscada mas, na realidade, as atitudes nem sempre respeitavam a lei. O que valia mesmo era o grande poder que as pessoas usavam para fazer valer seus interesses.

Embora no começo do século Ilhéus já fervilhasse de pessoas novas e cheias de projetos que transformariam a cidade, Campos (1981, p. 289) nos diz que, no início do século, Ilhéus “era ainda uma presa e vibrava sob a influência das mais violentas e cruéis paixões políticas”; diz ainda que a cidade passava por uma fase sombria e que “até o aspecto da cidade, com o seu casario pesado e inestético, irregularíssimo e tristonho, assentado e mantido no mesmo plano de edificação e com suas linhas de arquitetura bisonha e inexpressiva, dos seus primeiros povoadores, ao tempo do Brasil-colonial, como que nos dava uma idéia da situação moral, de tristeza e intranqüilidade da sua gente, boa muito embora, hospitaleira sempre, como toda a nossa adorada Bahia, mas, vencida, visível e incontestavelmente, naquele período cruel, pela verminose da politicalha desenvolta e sem entranhas” (p. 291).

Tantas palavras bonitas queriam dizer que, apesar de todo o dinheiro que corria pela região, nada havia mudado, nem mesmo o aspecto físico, quando as casas eram velhas e não havia uma arquitetura digna do que já representava a região.

Foi a partir deste período que se desenvolveu o trabalho de Jorge Amado, narrando as “aventuras” dos seus moradores e, principalmente, daqueles que se destacaram como sendo os “donos da terra”, os coronéis do cacau.

## UM CASO ESPECÍFICO DE OCUPAÇÃO: O Sequeiro do Espinho

O romance escolhido por nós, *Terras do Sem Fim*, evidencia uma luta muito grande pela ocupação das terras do “Sequeiro Grande”, uma verdadeira carnificina. Todos identificam a trama principal do romance como sendo uma luta travada pelos irmãos Badaró contra o coronel Basílio de Oliveira, na localidade denominada “Sequeiro do Espinho”, região localizada no atual município de Itajuípe, banhada pelo rio Almada.

Encontramos nas obras que pesquisamos inúmeras referências a estas terras do Sequeiro do Espinho, terras fertilíssimas, excelentes para o cultivo do cacau, e ainda hoje local de fazenda de muitos membros da família Badaró, que mantêm força política local.

No romance, os dois coronéis haviam colocado como fonte de possível enriquecimento, a derrubada daquelas matas. As terras já estavam ficando escassas e os dois coronéis, sinhô Badaró e Horácio da Silveira, teriam lutado durante muito tempo para ocupá-las. Este foi um dos pontos que provocou nosso interesse. Quais os fundamentos históricos que encontrou o escritor?

Garcez nos fala que, apesar de ser possível a qualquer pessoa requerer terras ao governo do Estado, existiam regras para isto, como por exemplo: terras próprias para o plantio do cacau, só poderiam ser requeridas até cem hectares por uma só pessoa; e terras impróprias para cacau, de pior qualidade, mas próprias para a pecuária poderiam ser requeridas até quinhentos

hectares (GARCEZ: 1977, p. 77).

De início, logo, essas diferenças nas dimensões das terras para fins diversos permitia que se burlasse a lei, adquirindo glebas maiores de terra para cultivo, em áreas reconhecidamente aptas para a lavoura do cacau a preços mais baixos, sob o rótulo de ‘terra para pasto, imprópria para a lavoura’, desde que o requerente contasse com a boa vontade da autoridade encarregada da medição, demarcação e avaliação das terras. Além disso, os próprios limites máximos estabelecidos para terras destinadas à criação são transpostos, sem que se possa afirmar com certeza qual a destinação dada a elas (Ibid, p. 128).

Ainda é da mesma autora a afirmação de que os casos de protecionismo eram tolerados por lei, mas às vezes tomavam proporções escandalosas.

O Processo nº 2842 datado de 05 de dezembro de 1921 é um exemplo curioso da conivência do preposto Governo na burla à Lei. O processo é referente ao requerimento de compra de uma área de 497 hectares de terras na localidade de Sequeiro do Espinho. O parecer do Delegado de terras informa que se trata de “terras inferiores e impróprias para o cultivo do cacau” e estabelece o preço de venda em 5\$000 por hectare (Id, ibid).

Continuando a narrativa do processo, Garcez (1977) diz que o mesmo delegado se contradiz, falando em limpeza das roças já existentes e, em outros processos, sobre áreas contíguas a esta, ele fala da propriedade para cultivo do cacau, arbitrando o preço no dobro do caso citado.

Era desta forma que as coisas andavam pelas terras do

cacau, local onde o governo do Estado tinha dificuldade em manter a lei e o policiamento, ficando por isto entregue aos coronéis, muitos possuidores de patentes compradas à Guarda Nacional, outros possuidores do título por terem dinheiro suficiente para comprá-lo, se assim o quisessem. De certa forma, eles contavam com a proteção dos governos estaduais, recebendo cobertura para seus atos. O poder local variava segundo quem ocupava o poder estadual, alternando, ora adamistas e severinistas, ora pessoístas e seabristas.

No anexo VII de sua dissertação sobre a ocupação de terra, Garcez coloca o nome do coronel Alonso Martins da Silva, genro do coronel Basílio, como primeiro requerente de quatro posses e de mais quatro posses como segundo requerente. Na mesma lista, a autora coloca o nome do coronel Basílio como requerente também de quatro posses, assim como José Francisco de Oliveira, filho do citado coronel. Na mesma lista, da família Badaró, só consta o nome de Domingos Fernandes Badaró, irmão mais novo de Sinhô Badaró.

A lista de requerentes de muitas posses de terras é longa, mas o que valia mesmo era a influência política e econômica.



Coronel Manoel Misael da Silva Tavares

## CACAU E PODER

Embora na primeira metade do século dezenove o poder central tivesse feito algumas tentativas de povoar a região sul da Bahia, isto só foi acontecer, de modo aleatório, a partir da explosão da cultura do cacau como fonte de renda, na segunda metade do mesmo século. Esta ocupação aconteceu de forma completamente diferente da de outras regiões, até mesmo do próprio estado. Conforme o professor Gustavo Falcón, este povoamento se deu sob forma de um certo campesinato.<sup>8</sup>

O rápido crescimento da lavoura cacauêira e seu destaque na economia baiana fizeram desta parte da Bahia uma região diferente de tudo quanto havia. Como já vimos no capítulo anterior, a ocupação das terras se deu muito mais em forma de pequena propriedade do que de grandes propriedades latifundiárias. Ainda hoje encontramos nos arredores das cidades da região inúmeras propriedades com áreas pequenas. Essas pequenas propriedades resultaram de dois fatores: da ocupação inicial de pequenas glebas e por haverem sido divididas as terras, nos casos de herança.

---

<sup>8</sup> Termo utilizado por Gustavo Falcón no livro *Os coronéis do cacau*. Serve para designar a forma de ocupação da terra, onde os ocupantes e desbravadores eram seus proprietários. Esta ocupação foi totalmente diferente da efetuada nas formas que exigiam a mão de obra escrava, daí ele chamar de campesinato ou quase-campesinato.

Somente no início do século XX, com a diminuição das terras férteis disponíveis e com a concentração do capital em mãos de poucos é que começou a haver a usura por parte de alguns, que tudo fizeram para aumentar as suas propriedades, objetivando fazer crescer seu poder econômico e político.

A respeito da expansão das propriedades na região no período analisado, assim se expressa Falcón (1995, p. 58): “A valorização das terras e a expansão da cultura trouxeram ainda outra conseqüência: a concentração da propriedade. Ela tornou-se condição fundamental para o aumento da renda da terra e, evidentemente, não podia ser viabilizada nos marcos da produção familiar que tipificava o período anterior”.

O período inicial de demarcação das propriedades, ocorrido no fim do século XIX, quando cada um demarcava apenas o que podia plantar, havia acabado. Alguns agricultores já mostravam sinais de riqueza e a terra que possuíam já não os satisfazia. Era preciso encontrar um meio de aumentá-las, e isto só seria possível se uns se apropriassem das terras dos outros.

O meio legal para apropriação seria o de compra e venda, mas nem sempre isto era possível, pois ninguém queria se desfazer do que tinha custado tanto esforço, dava lucros e prestígio social.

Essa situação de carência de terras propícias ao cultivo do cacau resultou na apropriação das terras dos menores fazendeiros pelos maiores através do mecanismo do crédito hipotecário. O crédito era fornecido pelas casas comerciais que funcionavam como casas bancárias. Os pequenos proprietários quase nunca possuíam o título de propriedade da terra, pois já vimos que o Estado vendia as mesmas por preço muito baixo, mas demorava às vezes até trinta anos para legalizar a posse através da expedição do título. Garcez (1977, p. 61) afirma que: “Convém observar que a obtenção do título de propriedade demora anos - às vezes vinte ou mais anos - e durante todo o período em estudo, a maioria das propriedades não é ou não

está ainda legitimada”. A burocracia do Estado facilitava as coisas para os proprietários portadores de prestígio político e dificultava para os pequenos.

Os pequenos proprietários, que até então tinham sobrevivido e prosperado utilizando apenas a força de trabalho familiar ou restrita, foram “mordidos” pelo vírus da ganância e sonhavam com o crescimento da propriedade e da produção. Começaram então a fazer empréstimos para este fim. Como não podiam tomar dinheiro em banco por não possuírem o título da propriedade, se sujeitaram a hipotecá-la aos grandes fazendeiros e comerciantes para levantarem a importância necessária. Este era o começo do fim da posse da fazenda. Segundo Freitas (1979, p. 28), “... deve ser realçado o papel do crédito hipotecário no direcionamento da concentração da propriedade na região cacauêira”. Muitos pequenos proprietários utilizando-se desse mecanismo acabaram perdendo suas terras.

Outros fatores que interferiram na multiplicação das propriedades hipotecadas foram: os fenômenos naturais e a flutuação dos preços. Em momentos que a natureza tornara-se inóspita ou os preços internacionais não eram compensadores, os lucros não eram suficientes para cobrir as hipotecas, resultando sempre na maior necessidade de crédito ou perda da propriedade.

É importante realçar que, a partir de 1909/10, a hipoteca da fazenda passou a ser prática rotineira. Observa-se nesse momento que já havia passado a correria inicial em busca de uma pequena posse para se constituir uma roça e começava a se intensificar a luta interna entre os proprietários para ampliação das suas respectivas posses, crescendo todas as práticas de expulsão dos proprietários e apropriação de roças menores. A pressão pelo crédito tornava-se, portanto, fator de sobrevivência para os pequenos proprietários.

Segundo Garcez e Freitas (1979, p. 37): “Apenas um dado relevante para esse contexto: a primeira agência do Banco do

Brasil na região cacauceira foi inaugurada em 8 de março de 1917, na cidade de Ilhéus. Até essa data, filiais de firmas exportadoras funcionavam como representantes das casas bancárias, o que significou o aumento do vínculo da dependência do produtor”. Além do problema do crédito hipotecário, vários outros fatores contribuíram para que os pequenos se sujeitassem aos grandes. A região era ainda muito atrasada politicamente, e muitos foram os fatores que favoreceram as pessoas que detinham o capital. As grandes propriedades possuíam instalações adequadas para beneficiamento do produto, as pequenas não as possuíam, o que as tornava dependentes. Outra dificuldade era a do transporte. Era muito difícil a retirada do produto pronto para o embarque nos portos regionais. Os maiores produtores possuíam tropas de muares e canoas que permitiam o escoamento da produção para o local de destino. Estas dificuldades faziam com que os pequenos produtores terminassem por vender sua produção aos grandes, que logicamente pagavam um preço inferior pelo produto.

Como analisa Freitas:

Convém lembrar que não foi necessária a criação de outras casas comerciais e/ou o ingresso como sócio nas existentes, como fizeram alguns. O primeiro beneficiamento da amêndoa, especialmente as operações de fermentação e secagem, exigiam instalações apropriadas, as quais inexistiam na pequena propriedade. Daí surgirem operações de compra e venda entre as fazendas, logicamente em benefício do grande proprietário (FREITAS, 1979: p. 32).

A partir dos últimos anos do século XIX, quando as primeiras roças começaram a produzir, e com a conseqüente ampliação da área cultivada e da produção, a classe agro-comercial se fez presente de forma decisiva, com representações

se multiplicando em várias localidades, dispostas a “financiar” os clientes. As operações financeiras se justificavam pela falta de crédito e estabeleciam condições para o posterior avanço da atividade comercial sobre as atividades produtivas.

O desenvolvimento da economia do cacau, uma fronteira agrícola com inúmeros interesses em jogo, com um elevado crescimento populacional e precária infra-estrutura de transporte e comunicação, permitiram que apenas uma elite, que produzia e comercializava, capitalizasse os lucros gerados pela atividade econômica.

Quando os grandes proprietários perceberam que a apropriação do capital excedente ocorria no processo de circulação do mesmo, entenderam que poderiam provocar as condições para adotar a dominação social e política representada por diferentes práticas: o coronelismo,<sup>9</sup> a meação,<sup>10</sup> a parceria,<sup>11</sup> o colonato<sup>12</sup> e o “barracão”.<sup>13</sup> A existência deste último tinha também o objetivo de aumentar o vínculo do trabalhador com a fazenda, reduzindo a circulação de dinheiro e, conseqüentemente, aumentando a dependência entre patrão e empregado.

Os primeiros ocupantes destas terras, seus desbravadores, eram homens de pouca instrução, pouco preparo intelectual, mas muita coragem e persistência. Eles sabiam o que queriam e tudo fizeram para atingir seus objetivos. À medida que acumulavam dinheiro, foram se transferindo para a cidade de

---

<sup>9</sup> CORONELISMO - de coronel - chefe político, em geral proprietário de terra, do interior do País.

<sup>10</sup> MEAÇÃO - divisão em duas partes iguais. Direito de co-propriedade entre dois vizinhos.

<sup>11</sup> PARCERIA - contrato mediante o qual se cede a outrem uma propriedade rústica a fim de ser cultivada, repartindo-se os frutos na proporção que for estipulada.

<sup>12</sup> COLONATO - instituição de colonos.

<sup>13</sup> BARRACÃO - estabelecimento comercial no campo ou em lugares pouco habitados, ou em engenhos e usinas.

Ilhéus, que só começou a mudar seu perfil depois da primeira década deste século.

Aos poucos, foram tomando gosto pelo supérfluo, construindo belas casas, mudando enfim de comportamento. Freitas (1979, p. 37) apresenta um cardápio totalmente em francês, usado na recepção que o coronel Misael Tavares preparou para a chegada do primeiro bispo diocesano a Ilhéus, em 1915. É possível que muitas pessoas não tenham compreendido o que estava escrito, mas havia uma prática de demonstrar riqueza pessoal e refinamento nos hábitos, imitando o europeu.

Muitos coronéis gastaram fortunas em construção de casas, verdadeiros palacetes, que demonstrariam status social e poder econômico, tanto assim, que é digna de admiração, ainda hoje, a construção da casa de moradia do coronel Misael Tavares, edificação bastante imponente, situada à rua Francisco Lavigne de Lemos, ao lado da igreja de São Jorge.

Esta rua tem uma característica muito interessante: o seu

Solar das Pimenteiras ou Palacete dos Berbert



calçamento. Existem muitas estórias sobre o motivo de sua pavimentação em blocos de pedra, que parece mais um bloco em cimento, ou coisa que o valha. Dizem que a pedra é proveniente de Portugal, outros já dizem que é de origem francesa, e que foi importada para calçar aquela rua na ocasião do casamento da filha do coronel. Numa entrevista realizada com Raimundo Sá Barreto, ex-tabelião, escritor e pessoa considerada dona de uma memória extraordinária e conhecedor da história local, ele afirma o seguinte: João Mangabeira, prefeito de 1908 a 1911, arrematou aquelas pedras que vinham da Inglaterra como lastro do navio que encalhou na saída da baía do Pontal com um carregamento de cacau. A carga teve que ser retirada e, com ela, as pedras que se destinavam ao mercado de São Sebastião, na cidade do Rio de Janeiro. Ele afirma que o próprio João Mangabeira lhe contou esta versão, o que bem demonstra o esplendor da época.

Outra construção imponente é a do “Solar das Pimenteiros” ou “Palacete dos Berbert”, que foi construída pelo coronel Ramiro Ildefonso de Araújo Castro e está situada à rua que leva o seu nome, próximo ao terminal rodoviário. É uma construção de 1918 e representa uma cópia do palácio do Catete, sede do governo federal na época. O coronel teve o cuidado de reproduzir todos os detalhes do seu modelo. O prédio foi totalmente descaracterizado e tem sido utilizado para abrigar escolas.

Era freqüente os filhos de ricos proprietários saírem para estudar em Salvador, no Rio, e até mesmo na Europa. Iam em busca do título de doutor e por lá ficavam, recebendo polpudas mesadas dos pais, esbanjando dinheiro em farras, com mulheres e em viagens. Os pais, os que deram início à fortuna, no entanto, continuavam presos à fazenda e levando uma vida relativamente simples, mas facilitando todo tipo de mordomia e proteção aos filhos.

Conta o anedotário popular que, certa feita, no Rio de

Janeiro, o coronel Pedro Catalão tomou um táxi cujo motorista era conhecido e que prestava serviços ao seu filho Eduardo e, como desse uma gorjeta muito magra, o motorista reclamou:

– Mas coronel, seu filho, dr. Eduardo, sempre me dá gorjetas muito maiores do que esta.

Ao que ele prontamente retrucou:

– É... meu filho tem pai rico, eu não!

Nos primeiros anos do século XX os proprietários moravam nas fazendas, não se preocupavam com o lazer, mas só em crescer suas propriedades e aumentar o seu poder. Se alguns chegaram a esbanjar dinheiro e demonstrar grande riqueza, a maioria levava uma vida simples, como eram eles, pessoas simples. Freitas (1979, p. 49) assim analisa a questão: “Não estava de acordo com a realidade, reivindicar ao proprietário da fazenda que concedesse ao trabalhador lazer e divertimento, se o próprio fazendeiro se privava dessas necessidades, concentrando todos os recursos na expansão das posses e na plantação de novas roças”.

Só depois dos anos trinta deste século é que esses proprietários começaram a comprar casas e apartamentos nas capitais e, aos poucos, foram abandonando a região, deixando as fazendas nas mãos de administradores, passando a viver de rendas. Já não eram os desbravadores, os proprietários, mas seus filhos.

Aos poucos eles foram mudando de comportamento e já na primeira metade do século XX, a segunda geração havia adquirido hábitos burgueses e passou a imitar o comportamento das classes mais abastadas. Eles eram considerados afortunados, não possuíam muita ligação com Salvador, mas antes com o Rio de Janeiro, capital da República, e também com Paris. Havia espírito de imitação, modismos e refinamentos. As viagens eram constantes e a busca da “cultura”, um fato. Os coronéis não possuíam o saber, mas seus filhos tinham que possuir o título de doutor, mesmo que não precisassem trabalhar na carreira escolhida.

Segundo Barbosa, a elite brasileira sempre se preocupou com títulos, desde a “aristocracia” colonial, quando mandava

seus filhos para a Europa em busca do diploma de bacharel. A família patriarcal do senhor de engenho necessitava de um “doutor”, mesmo que este não tivesse concluído um curso superior. Esse foi um costume enraizado, talvez uma nostalgia da nobreza, uma necessidade de maior prestígio (BARBOSA, Arléo, em pesquisa não publicada).

Freitas afirma que não tem sentido fazer comparações entre as propriedades cacauieira e canavieira, a não ser que se estude as origens sociais dos proprietários. “Observar a fazenda de cacau com os olhos voltados para a ostentação e o luxo da sociedade canavieira do Recôncavo significa, entre outras coisas, desconhecer o caráter específico das frentes pioneiras, a condição de certa forma livre das fronteiras agrícolas” (FREITAS, 1979, p. 55). O crescimento significativo da lavoura cacauieira coincidiu com o início do Brasil republicano. Novo governo, novos tempos, novos hábitos. A influência do novo sistema de governo se fez sentir no modo como foi elaborada a nova ordem. Era preciso impor o novo regime num país onde ainda havia muitos monarquistas. Um país como o nosso, com dimensões continentais, e com dificuldades de comunicação, precisava contar com o apoio das lideranças locais para estabelecer a nova ordem. Essas lideranças locais eram representadas pelas figuras dos chamados coronéis.

No início do apogeu da lavoura cacauieira, a região já contava com alguns coronéis. Esta é uma região que conheceu um número muito grande de coronéis. Eul Soo Pang elaborou uma lista que contém mais de oitenta coronéis. Arléo Barbosa, inclusive, ressalta que não podemos confundir o coronel Joaquim Ferreira de Paiva, que viveu no fim do século XIX, com os coronéis do cacau, pois este “adquiriu a sua patente nos campos de batalha. Foi um herói nacional” (BARBOSA: 1977, p. 19).

Na Bahia existiram tipos diferentes de coronel. Os da zona da Chapada Velha ou Lavras Diamantinas e do vale do São

Francisco têm características semelhantes, ou seja, seu poder implica na posse do latifúndio. A grande riqueza é a terra. Está diretamente ligada ao seu poder sobre as pessoas que ocupam as terras do seu domínio. Na região do cacau, o poder é inverso. Não implica no tamanho da terra, mas na produção de cacau e no dinheiro gerado pelo mesmo.

As origens históricas do coronelismo relacionam-se com a criação da Guarda Nacional pelo padre Diogo Antonio Feijó, Ministro da Justiça, a partir de 18 de agosto de 1831. Esta ficaria sob o seu comando ao tempo em que ele extinguiu outros corpos de milícia e ordenanças, como também as guardas municipais que eram comandadas pelo Ministro da Guerra. Com esta medida, ele fortaleceu o seu poder, assim como aumentou a receita, pois as patentes da Guarda Nacional, na sua maioria, eram vendidas a grandes proprietários de terra.

Examinando as raízes do coronelismo brasileiro, o autor Edgard Carone informa que, em nosso país, existe uma tendência federalista desde a Colônia, mantendo-se durante a vigência da Monarquia, e que sempre foi abafada através do Parlamento e da autoridade de D. Pedro II. A escolha e as atribuições dos presidentes das Províncias, as fraudes eleitorais e o afastamento dos elementos mais exaltados davam a impressão de uma certa estabilidade e reforçavam o centralismo. “Uma das conseqüências fundamentais do desequilíbrio entre o centralismo e o federalismo é o fenômeno do coronelismo, isto é, o desenvolvimento e a autonomia de agrupamentos sociais e políticos nos Estados” (CARONE, 1972, p. 250).

A Guarda Nacional espalhou-se por, praticamente, todos os municípios, onde o uniforme e as insígnias tornaram-se símbolos representativos de privilégios legais. Havia um significado hierárquico que definia o mandonismo político, reflexo natural das estruturas existentes. A formação de lideranças locais dos mais aptos e poderosos refletia a fragilidade dos poderes centrais, estaduais e federais. Entre os coronéis do cacau, por exemplo, suas

patentes foram adquiridas da Guarda Nacional, constituindo-se assim coronéis, tenentes-coronéis, como também capitães, para quem não quisesse despende uma soma maior de dinheiro.

O coronelismo existiu praticamente em todo o Brasil, possuindo características semelhantes e, na região cacauêira, foi implantado tardiamente, em virtude da própria ocupação e desenvolvimento da região ter acontecido mais tarde.

A instituição do coronelismo perdurou durante muito tempo. Existe certa discordância quanto ao período de sua duração, mas há uma tendência a acatar-se o estudo de Eul Soo Pang determinando que o declínio do coronelismo nesta região aconteceu a partir de 1970.

Não havia homogeneidade na classe dos coronéis. A patente denotava poder e, embora ela fosse vendida, muitos a obtiveram por causa do prestígio alcançado com alguma obra comprovadamente de utilidade pública, podendo ainda ter sido adquirida pelo fato de ter conseguido a abertura de uma estrada, uma escola, ou coisa semelhante.

Qualquer pessoa poderia obter a patente, bastando para isto ter prestígio social, político e econômico. Havia muitos tipos de coronéis. Pang afirma que os coronéis são originários de vários setores da sociedade, assim encontramos: fazendeiros, comerciantes, industriais, padres, burocratas etc.

Ser coronel significava ter poder, muitas vezes de vida e morte, sobre as outras pessoas. Neste ponto o coronelismo em Ilhéus manteve certa semelhança com o mandonismo local ocorrido em todo o território nacional, principalmente a partir do Segundo Império, acentuando-se na República Velha e modificando-se depois da Revolução de 1930.

Um aspecto que merece destaque é a grande quantidade de coronéis existentes na Zona Cacauêira. Diferentemente das outras regiões do país, o coronelismo da região cacauêira estava muito mais ligado ao poder econômico e financeiro, do que à propriedade do latifúndio.

Entre os coronéis havia uma verdadeira hierarquia, criando uma espécie de “topo da pirâmide”, mas existiram muitos outros que pertenciam a escalas inferiores. Quem colhia cinco mil arrobas de cacau, já era considerado coronel. Barbosa (1977) enumera mais de oitenta pessoas que receberam o título, incluindo aqueles que não chegaram a adquirir a patente. Eles conseguiam conviver razoavelmente, pois havia uma espécie de pacto, uns ajudando os outros, segundo seus próprios interesses. Corria muito dinheiro e todos podiam ganhar.

A relação entre os coronéis da região cacauceira foi muito peculiar. Eles se enquadravam em uma das duas facções políticas existentes e conviviam muito bem, respeitando-se e apoiando-se mutuamente.

O coronel Manoel Misael da Silva Tavares, já citado anteriormente, foi considerado o “Rei do Cacau”, por causa do império que conseguiu construir. Começou sua vida pobre, e quando morreu havia alcançado uma produção de mais de quarenta mil arrobas de cacau (uma arroba corresponde a 15 quilos). Foi dono de banco, de casa exportadora, de inúmeros imóveis de grande porte construídos na cidade, como o prédio da sua residência, já citado, e o prédio do atual Ilhéus Hotel. Este, construído no final da década de vinte, com quatro andares, e o primeiro prédio do interior do Nordeste a possuir elevador que, por sinal, funciona até hoje. Esse coronel, no entanto, não era a maior força política. O coronel Misael foi um grande empreendedor, tendo sido responsável pela construção de inúmeras casas em todo o centro da cidade; foi um grande investidor em imóveis.

Existiram também os coronéis que detinham um patrimônio menor, mas possuidores de maior força política. Eram muitos, conviviam bem, só que divididos em dois grupos, que se alternavam no poder. Quando algum deles tinha um problema, os outros se juntavam para resolvê-lo, como foi o caso da briga do Sequeiro do Espinho, ponto abordado neste trabalho.

Esta briga não foi travada somente pelos dois coronéis em questão e seus homens, mas por muitos outros que se colocaram a favor de um ou de outro. As forças políticas mantinham duas polaridades - situação e oposição. As oposições políticas locais são reflexo das políticas federal e estadual.

Entre os anos de 1900 e 1908, quando ocupavam o governo estadual os governadores Severino Vieira e José Marcelino de Souza, quem dominava a política local era a corrente do coronel Domingos Adami de Sá. Neste período foi realizada eleição para intendente municipal. Naquela época as eleições eram realizadas a bico de pena, nem todos podiam votar, e a apuração poderia ser bastante questionada, caso fosse possível. Em 1904, dois partidos disputavam o poder. O republicano, chefiado por Domingos Adami de Sá, e o federalista, chefiado por Antônio Pessoa. Como não chegassem a um acordo sobre quem teria vencido as eleições, ambos tomaram posse como intendente da cidade. Um tomou posse na intendência, outro em sua casa. Por seis meses durou a dualidade, quando o senado baiano reconheceu como legítimo chefe do executivo ilheense a Domingos Adami de Sá.

Muitos agricultores pequenos foram “engolidos” pelos maiores quando suas terras estavam situadas no caminho do crescimento destes. Mas muitos conseguiram sobreviver, por contarem com a proteção do maior por causa da sua participação nas lutas, ou mesmo por outros motivos mas, na verdade, nenhuma outra região do país contou com um número tão elevado de coronéis ao mesmo tempo.

Segundo Carone (1972), o crescente aumento do domínio do coronelismo, juntamente com a limitação dos poderes dos governos estadual e federal veio facilitar a crescente autonomia local. Existiam verdadeiros estados, onde predominavam os atos extralegais de forma bastante tranqüila, principalmente na Primeira República, sem que seus autores fossem molestados. Ele cita como exemplo a cunhagem de dinheiro particular que

a Mate Laranjeira fez em 1924, fabricando “notas novinhas... bilhetes bem simpáticos” (p. 254). Fala também do caso acontecido nas Lavras Diamantinas, Bahia, onde, em 1927, Horácio de Matos faz emissões impressas de vales coloridos de valores diversos que percorriam a chapada, valendo mais que o dinheiro oficial.

Em Ilhéus também aconteceu cunhagem de moeda e dizem até que o julgamento do coronel Basílio teria sido por este motivo.

Havia, na região, como há ainda, uma preocupação em mostrar uma aparência diversa da realidade. Aliás, não sei se isto acontece só aqui, ou se é comum no comportamento humano. O fato é que as pessoas se mostram de uma forma e têm outro comportamento às escondidas. Não se fala abertamente qual o motivo do julgamento do coronel Basílio de Oliveira, a família faz questão de encobrir os fatos e até negá-los.

Francolino Neto (1990), itajuipense de nascimento, narra, em seu livro Reflexões Acadêmicas, o julgamento do coronel (p. 55 e seguintes). Diz ele:

Segundo foi dito, o Coronel Basílio teria mandado matar BERILO BENTO DEIRÓ. Foi a Júri. Acusou-o, o Promotor Miguel Lima de Castelo Branco, tendo como assistente o Dr. Honorato José Pereira Maltez. Defendem-no com superioridade e inteligência, os advogados: Rui Penalva e João Mangabeira. Foi absolvido por unanimidade. Não sentou-se no banco do réu. Durante todo o Júri o Coronel Basílio ficou em pé, embora o Juiz mandasse que, como os acusados outros, ele sentasse. Porém, quando respondeu a Júri, já se encontrava no poder o dr. Antonio Muniz razão pela qual a tarefa da Defesa não foi tão difícil (Neto1990, p. 60).

As pessoas da família do coronel Basílio procuradas por nós diziam não saber de nada, recusaram-se a falar sobre o assunto.

O coronel, de modo geral, exercia também uma função social. Ele era temido e respeitado, conforme fossem seus dotes pessoais e não ideológicos. Ele era o chefe do clã, todos que viviam sob a sua proteção, recebiam-na verdadeiramente. Ele protegia seu agregado, dispensava favores, tirava-os da cadeia, dava-lhes terras, cuidava deles quando estavam doentes. Em troca exigia fidelidade, serviços, participação nos grupos armados e permanência em suas terras. Ai daquele que resolvesse ir embora, ou que o traísse. Poderia pagar com a vida. Os familiares e amigos recebiam inúmeros favores, como empregos em cargos públicos, empréstimo de dinheiro, presentes significativos e até ajuda para comprar uma propriedade.

Os coronéis eram pessoas que centralizavam o poder e segundo Falcón (1995, p. 36): “Poder econômico, poder militar e poder político acabavam misturados e elevavam o coronel a cargos públicos importantes, facilitando o seu fortalecimento e o aumento de sua influência no processo sucessório, vital para condução das oligarquias ao controle do aparelho do Estado”.

Ainda conforme Falcón (1995), a partir de 1912, o coronel ampliou gradualmente sua influência, tornando-se presença indispensável em todos os pleitos eleitorais. A partir do governo de J.J. Seabra ele se constituiu elemento fundamental à unidade partidária com vistas ao processo sucessório e ao preenchimento de cargos legislativos. A consequência deste poder tão forte é que facultava aos chefes políticos do interior a decisão sobre preenchimentos de cargos públicos fundamentais para o controle e manipulação dos currais eleitorais. Isto aumentava seu poder e autoridade.

Em razão da frágil participação do Estado na vida da região, o coronel foi transformado em juiz, em comerciante, em homem de fé, e ao mesmo tempo em que era agricultor era quem fazia as “honras da casa” quando chegava alguém importante. Enfim, foi em torno dele que giraram as atenções, e as coisas aconteciam segundo a sua vontade e segundo o seu humor.

Com a crescente penetração das leis nas relações públicas, seu maior aliado e complemento foi o advogado, o famoso “doutor”. A parceria nascida entre o coronel e o advogado, referida anteriormente, era uma parceria perfeita, pois para “legalizar” o “caxixe”, era necessário que houvesse documentos oficiais, e ninguém melhor que um advogado para legalizar estes documentos.

Segundo Carone (1972), quando acontecia um conflito aberto entre o coronel e o governo do Estado, e quando os coronéis rebeldes e os governos estaduais optavam por um acordo de trégua, as partes - coronéis rebeldes e governos estaduais - firmavam pacto como se fossem países em guerra. Diz ainda que os exemplos são freqüentes, mas que o de 1920 na Bahia é o que apresenta maiores dados explicativos.

Nesse ano, o coronel Horácio de Matos, chefe da zona das Lavras Diamantinas, e os Coronéis Anfilófilo Castelo Branco, Lindolfo de Souza Estrela, Rosalvo T. da Rocha e Abílio de Araújo, do Vale do São Francisco, dirigem-se com suas tropas civis a Salvador, em apoio a Rui Barbosa e a seu candidato ao governo da Bahia; o esbulho havido nas eleições levava ao estouro dessa revolução. Diante disso, Epitácio Pessoa envia o general Cardoso de Aguiar para negociar a paz entre as partes (CARONE, 1972, p. 256).

A paz foi “negociada” recebendo os revolucionários a promessa de que não seriam punidos, e prometeram respeitar o general Cardoso de Aguiar, digno interventor federal no Estado da Bahia.

O fenômeno do coronelismo apresentava-se com nuances diferentes em seus elementos característicos, conforme cada Estado da Nação. Se este fosse mais adiantado possuía determinadas características, se possuísse problemas de comunicação e autoridade, as características do coronelismo ali existente eram diferentes em muitos pontos.

Na República Velha o poder político estava nas mãos das classes agrárias, sendo seu domínio total e ascendente, ou seja, passava dos órgãos municipais aos do Estado, e deste ao plano federal. Mesmo quando havia divisões de certos grupos, nos Estados havia um partido único. Carone (1972) salienta que só no final da República Velha é que as oposições passaram a formar duas organizações mais estáveis - a do Partido Democrático de São Paulo, e a do Partido Liberal, do Rio Grande do Sul. Diz ainda que “a burguesia não tem papel político e vive subordinada ao sistema, enquanto as outras classes sociais estão marginalizadas do processo político” (p. 143).

Nenhuma transformação social se dá de maneira abrupta, é um processo, e o fenômeno do coronelismo vai sofrendo transformações à medida que o país vai se desenvolvendo e progredindo. Por este motivo “as forças coronelísticas continuam dominando os Estados, mas, como no passado, elas se dividem em situacionistas e oposicionistas” (CARONE, 1972, p. 145).

Garcez (1977) ressalta que, entre 1905 e 1925, os coronéis José Firmino Alves, Ramiro Nunes, Henrique Alves e Paulino Vieira, entre outros, tinham sua prática política restrita ao âmbito municipal, de Itabuna, mais especificamente. Se tivessem alguma força fora do município, seria apenas no âmbito regional, sendo aquele um momento em que se implantava a fronteira do cacau e onde se colocavam as bases da monocultura.

Algumas questões ligadas ao “poder” na região cacauzeira ainda não foram devidamente explicadas. Por exemplo, os coronéis se preocuparam muito em expandir suas terras, em aumentar a produção das suas fazendas e não se preocuparam em aumentar seu poder político fora da região. Depois de 1930, a segunda geração começou a se afastar da fazenda e até da região, sendo comum encontrarmos fazendeiros morando no Rio e em Salvador, mas vivendo “de rendas”, nunca na tentativa de ampliação do poder político. A única exceção para este ponto,

encontramos em Gileno Amado, advogado que conseguiu uma força política duradoura e fora do âmbito regional.

Existem muitas referências à “presença de coronéis” ou mesmo de pessoas a eles ligadas em delegacias policiais, sobretudo em cartórios e audiências judiciárias, interferindo na decisão dos júris. É muito forte a presença de advogados a serviço dos coronéis na região cacauceira. A observação de Carone sobre a “simpatia” do fazendeiro de café pelos bacharéis é válida também para os cacauicultores. A Bahia Cacauceira fala do destaque da liderança de Gileno Amado, bacharel em Direito, que se casou com uma filha de Misael Tavares, e exerceu uma forte liderança política e “foi uma espécie de elo entre os diferentes momentos da conturbada vida republicana brasileira” (GARCEZ e FREITAS, 1979, p. 77).

Sobre Gileno Amado, os autores acima citados afirmam que ele alcançou certo destaque não somente por suas ligações internas na região produtora de cacau, mas que a dimensão de sua liderança aconteceu por ele ter extrapolado, de forma pioneira, os limites da própria região. Ele procurou diversificar esta liderança que se iniciou no partido seabrista, que o conduziu à câmara estadual e à liderança do governo. Mesmo após o rompimento com Seabra, quando este passou seu apoio para Góes Calmon, aquele se mantém solidário com o governo de Washington Luis, de onde retirava respaldo para manter intacta a construção política iniciada quinze anos antes.

A burguesia cacauceira não conseguiu descobrir quais os mecanismos que poderiam conduzi-la a uma participação junto às elites políticas do Estado que pudesse atender aos seus interesses, para transformar suas prioridades em pontos fundamentais da própria política do governo. Era necessário que se encontrasse um meio para impor suas reivindicações, pois o governo do Estado olhava a região sul como uma região repleta de aventureiros e desordeiros, apesar desta ser a sua maior fonte de divisas.

É importante salientar que não havia na região órgãos e iniciativas do poder público estadual e aceitava-se como ponto pacífico a ausência de instituições representativas do Estado na região cacaueteira do sul da Bahia. A falta de organismos oficiais, principalmente uma força policial, servia para justificar a presença de jagunços, verdadeiras milícias particulares.

Mesmo tentando uma articulação para influenciar o governo do Estado, a população local se comportava de modo diferente do previsível. Havia um “fechamento da população em si mesma”, a impressão que dava é a de que não era um estado só, mas um estado dentro de outro.

Acreditamos que se criou na região uma mentalidade egoística, fazendo com que os moradores da região, apesar de viajarem muito, muitas vezes até para fora do país, pensassem a região como uma espécie de “País”, à moda de algumas regiões da Europa, um principado, por exemplo. Mais tarde foi iniciada, inclusive, uma luta para fazer a divisão do Estado da Bahia, com a proposta de criação do Estado de Santa Cruz, luta esta que ainda permanece, na visão de alguns políticos. Por outro lado, a tendência estadual era não reconhecer a importância da região sul, a despeito de sua participação em impostos. “Pela ótica da sociedade de Salvador e do Recôncavo essa região era composta de aventureiros, imigrantes procedentes do Nordeste e do Sertão, percebendo-a apenas como uma região de problemas sociais, de inquietação e insegurança” (FREITAS, 1979, p. 78).

Freitas (1979) afirma que é na Bahia “pluripartidária” que acontece o desenvolvimento da lavoura cacaueteira. As organizações partidárias carregavam todo o peso do carisma de seus líderes, seus fundadores. Isto provocou uma fraqueza ideológica, uma despreocupação com o estabelecimento de bases populares mais amplas. Vivíamos nesta época forças políticas que se dividiam em “severinistas”, “marcelinistas” e “seabristas”, ou seja, partidários de Severino Vieira, José

Marcelino e J.J. Seabra. Seus correspondentes regionais seriam “pessoístas”, partidários do coronel Antonio Pessoa da Costa e Silva, um dos maiores líderes políticos que esta região conheceu, e “adamistas”, partidários do coronel Domingos Adami de Sá, político, intendente de Ilhéus que construiu a sede da prefeitura, o Palácio Paranaguá, obra que teve início no fim do século XIX e foi inaugurada em 1907.

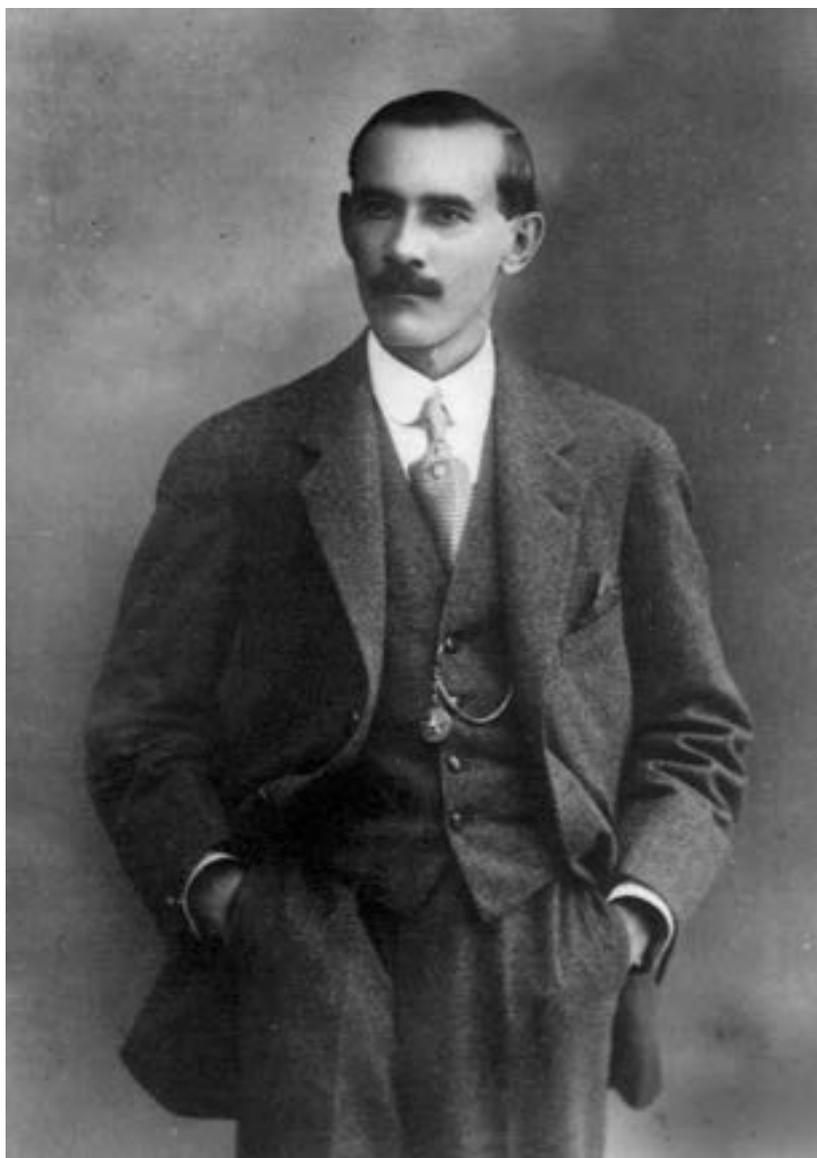
Comentando este tipo de política realizada na Bahia, Carone (1972, p. 149) diz que “o caso da Bahia demonstra jogo de força particular”.

Um outro ponto peculiar à região cacauífera é que não havia relação entre os padrões de distribuição de terra e a estrutura e o funcionamento do coronelismo na Primeira República. Enquanto em outras regiões do país o coronel era o maior latifundiário e detinha a força política, na região do cacau essa relação era separada. As forças políticas mais fortes, na região, pertenciam aos seguidores de Domingos Adami de Sá (adamistas) e de Antonio Pessoa da Costa e Silva (pessoístas), que não eram os mais fortes proprietários de terras. Os maiores proprietários, como Misael Tavares e Oscar Marinho Falcão, não surgiram como a força política mais poderosa, embora fizessem parte de uma corrente política. O coronel Misael Tavares pertencia à corrente pessoísta, como também Sinhô Badaró. O coronel Basílio de Oliveira era adamista.

Os dois coronéis escolhidos por nós para este estudo de caso, são figuras importantes nos acontecimentos daquela época. Não os mais importantes, mas certamente escolhidos por Jorge Amado por terem travado, de fato, uma das mais cruéis lutas pela posse da terra.

Sinhô Badaró, numa entrevista concedida por seu filho, Vitória Badaró, foi chamado de capitão Sinhô, portanto não sabemos se chegou a ser coronel, ou se assim foi tratado pela importância que adquiriu posteriormente. Faz parte de uma família muito importante no desbravamento desta região. Di-





Francisco Fernandes Badaró - Sinhô Badaró

## SINHÔ BADARÓ E CORONEL BASÍLIO

Nosso trabalho tem como objetivo levantar, a partir da obra de Jorge Amado, Terras do Sem Fim, e com o auxílio das outras obras que tratam da região, as informações que podem ser consideradas históricas, isto é, aquelas que relatam o que aconteceu na região cacaueteira, relacionando-as com as informações decorrentes da licença que tem o ficcionista de criar seus próprios personagens, colocá-los em determinado espaço físico e atribuir-lhes a personalidade que desejar.

Segundo Falcón (1995), no terreno do coronelismo, a ciência tem se aproximado bastante da ficção. “A forma romanesca tem conseguido, com altos e baixos, mas com muito mais fidelidade, e às vezes revelando escritores de qualidade internacional, dar conta das singularidades da história regional baiana, captando não apenas o universo político de dominação oligárquica e rural, mas a totalidade da vida cotidiana das classes e camadas sociais componentes das civilizações interioranas” (p. 19).

Jorge Amado, o romancista grapiúna que levou o nome e a história da região sul da Bahia para todas as partes do mundo, escreveu cinco obras sobre a região cacaueteira: Cacau, Terras do Sem Fim, São Jorge dos Ilhéus, Gabriela, Cravo e Canela e Tocaia Grande. Existem traduções de muitos dos seus livros em países situados nos quatro cantos do mundo.

O escritor utiliza o mundo que o rodeia para transformar em novela e em conto, e o escritor Jorge Amado utilizou-se da história desta região para construir as histórias conhecidas em todo o mundo.

A obra de Jorge Amado é muito rica no que se refere a seus personagens. Sabemos que muitas destas pessoas existiram, seus nomes são reais, outros são parecidos. Mesmo tendo existido um Sinhô Badaró, qual a relação que encontramos entre o personagem e o homem? Qual a relação que existe entre Basílio de Oliveira, um grande cacauicultor, com o personagem Horácio da Silveira, criado pelo ficcionista? Na história da região é muito forte a lembrança da luta travada entre o coronel Basílio e a família Badaró, mas o que existe de histórico e de ficção do escritor na obra Terras do Sem Fim?

Através de entrevistas por nós realizadas, conseguimos levantar um pouco da história de vida dos coronéis.

Militão Santos, pai do coronel Basílio, foi um sergipano que veio para a região por volta da década de sessenta do século XIX. Foi um dos desbravadores das terras onde mais tarde se ergueria a vila de Tabocas, hoje Itabuna, onde nasceu seu filho Basílio de Oliveira, no ano de 1862.

Segundo depoimento da senhora Itassucê Sá Barreto, neta do coronel Basílio, Militão deveria ter bens, pois nunca trabalhou para ninguém e, aos poucos, foi mandando buscar seus parentes em Sergipe, inclusive dois fazendeiros que se tornariam bastante conhecidos: Querubin Oliveira e Firmino Alves, desbravadores desta região, plantadores de cacau.

O coronel Basílio de Oliveira teve seis filhos, dois homens e quatro mulheres.

No fim do século XVIII, três irmãos da família Badaró vieram da Sicília, na Itália, para o Brasil, desembarcando no Recife. Um foi para São Paulo, de onde teve origem o famoso jornalista e político Líbero Badaró, que deixou importante trabalho realizado nas lutas liberais do 1º Império. Seu assassinato em 1831 e os desdobramentos decorrentes estão relacionados à perda do apoio enfrentado por D. Pedro I, o que teria levado à sua deposição. O outro foi para Goiás e posteriormente se instalou em Minas Gerais. Dele nada sabemos. O terceiro

fixou-se em Lavras Diamantina, no alto sertão da Bahia, e este é o Badaró que nos interessa.

Um de seus filhos, Antonio Fernandes Badaró, veio para a região cacauzeira, estabelecendo-se na zona do Jacarandá, onde começou a desbravar matas virgens possivelmente interessado em plantar cacau. Possuía espírito desbravador e abriu roças nas matas de Serra Grande, Rio do Braço e no Ribeirão de José do Bicho, na zona de Sequeiro do Espinho. Antonio Fernandes Badaró que, por diversas vezes foi Conselheiro Municipal, em Ilhéus, era também conhecido como “Antonio Conselheiro”, teve treze filhos e nesta época já contava com o apoio de seus filhos mais velhos, Sinhô e Juca Badaró. Esses, além de integrarem o elenco de personagens de Terras do Sem Fim, mais tarde, participaram ativamente da política da região.

Sinhô e Juca eram os nomes carinhosos como eram tratados, na intimidade, Francisco Fernandes Badaró e José Joaquim Fernandes Badaró.

Sinhô era tido como homem muito valente. A esse respeito contam que, no Banco do Pedro, distrito de Ilhéus, havia uma ponte muito perigosa para ser atravessada. As pessoas, em geral, passavam agachadas, mas Sinhô passava montado a cavalo. Ele era um homem aparentemente calmo, mas quando provocado, se zangava e se tornava muito violento.

Segundo entrevista concedida por Vitório Badaró, filho de Sinhô, seu pai foi para a região de Sequeiro do Espinho, hoje município de Itajuípe, onde teria demarcado terras do Estado para o plantio de cacau. Lá, fixou residência, onde nasceram seus filhos. Vitório não sabe precisar quando isto aconteceu, mas diz que nasceu lá e está com mais de oitenta anos, portanto tal fato deve ter ocorrido no final da primeira década do século XX. Sua irmã mais velha, Maria José, nasceu no Rio do Braço, ainda hoje distrito de Ilhéus, numa propriedade pertencente ao seu avô Antonio Badaró. Sinhô Badaró teve quatro filhos: uma mulher e três homens.

Embora não afirme nada com certeza, Vitório acha que seu avô era homem de poucas posses, pois a maioria das pessoas que se dirigiam a esta região procuravam melhores condições de vida. A situação econômica e financeira das pessoas mudava num espaço de tempo tão curto, que as crianças perdiam na lembrança o tempo da pobreza. Segundo Falcón (1995), com exceção dos grandes comerciantes que vieram para a região implantar filiais de suas empresas, a maioria dos que aqui chegaram construíram seus patrimônios com muito esforço “combinando duplamente a submissão da natureza à organização do processo produtivo” (p. 95). Afirma ainda que a maioria dos coronéis é oriunda de levas de nordestinos pobres que aqui chegaram, de filhos da terra de origem humilde ou ainda de estrangeiros remanescentes de núcleos coloniais anteriores à agricultura. No início, eles tinham o mesmo nível econômico e viveram em igualdade de condições. Com o passar do tempo é que alguns conseguiram enriquecer e ascender na escala social.

Os filhos de Sinhô falam dele como um homem “muito trabalhador, desbravador, um dos desbravadores das terras do cacau”. E também, “um homem muito destemido, valente, que não levava desaforo pra casa” (depoimento verbal dos filhos de Sinhô Badaró, Vitório e Maria José).

A região cacauceira da Bahia conheceu no espaço de trinta anos uma mudança vertiginosa. De região pobre, abandonada e despovoada, passou a ser procurada, sofrendo, como já vimos, um crescimento semelhante ao das regiões de mineração. Com isto chegou todo tipo de pessoas: aqueles que buscavam o local para se estabelecer com suas famílias, mas também muitos aventureiros e pessoas de caráter ruim.

Com o passar do tempo, com o dinheiro correndo em grande quantidade, as pessoas que não estavam preparadas para o enriquecimento, começaram a se achar excessivamente confiantes em seu poder. Isto gerou discórdias e abusos. Os coronéis queriam realizar suas vontades, seus caprichos, passan-

do por cima de qualquer obstáculo. Por volta do ano de 1917, sem uma força policial satisfatória e com as leis protegendo os caprichos dos coronéis, dois grupos, um liderado por Sinhô Badaró, apoiado pela força política do coronel Antonio Pessoa (o pessoísmo) e pelo então intendente municipal, coronel Misael Tavares, e o outro liderado pelo coronel Basílio de Oliveira, da corrente do coronel Domingos Adami de Sá (adamista), começaram a criar pontos de atrito por causa das terras do Sequeiro do Espinho, região localizada no atual município de Itajuípe.

Antes de acontecer a famosa contenda do Sequeiro do Espinho, as famílias Badaró e Oliveira eram muito amigas. Um dos irmãos mais novos de Sinhô, Domingos Badaró, foi casado com uma filha do coronel Basílio e, além disto, os dois eram compadres. Pereira Filho (1981) observa que “irmãos e amigos de ontem se transformaram em inimigos figadais”.

A amizade entre os dois “coronéis” pode ser exemplificada pelo episódio que se segue: Uma certa feita o coronel Basílio foi ao sertão da Bahia e trouxe de presente para seu afilhado Vitório um cavalo pônei. Enquanto o pai conversava no bar Vesúvio, seu homem de confiança, um negro chamado Gregório, saiu puxando o cavalo, com o pequeno cavaleiro montado, entrando e saindo das casas, do bar, e com a molecada gritando atrás.

O coronel Basílio era possuidor de muitas fazendas e todas foram feitas com seu esforço. Ainda segundo a senhora Itassucê Sá Barreto, ele mediu, para cada filho, a extensão de cem hectares e mais trezentos hectares para ele mesmo, dando um total de novecentos hectares. No trabalho da professora Angelina Garcez, sobre a ocupação das terras nesta região, e abordado no primeiro capítulo, vimos que foi um pouco diferente do afirmado neste depoimento, o que ela encontrou nos registros da Delegacia de Terras.

Neste trabalho, Garcez fala sobre processos de demarcação de terras, e cita o processo de requerimento feito pelo genro do coronel Basílio, Alonso Martins, de terras de primeira, como se fossem terras impróprias para a agricultura,

num total de quatrocentos hectares, na região do Sequeiro do Espinho.

Além do motivo citado e lendo a obra de Campos (1981), podemos perceber que essas inimizades podem ter razões políticas, já que a família Badaró era pessoísta e o coronel Basílio era adamista. No que concorda o depoimento de Itassucê Sá Barreto, quando nos diz que a briga foi conseqüência de problemas políticos, entre João Mangabeira e Misael Tavares.

Campos (1981) relata com detalhes como foi que teve início e se desdobrou este episódio que prejudicou bastante o desenvolvimento desta região sul da Bahia. Diz ele que, em setembro de 1917, o município de Itabuna estava assolado pela desordem, e que esta anarquia ameaçava estender-se ao município de Ilhéus, quando o governador do Estado, dr. Antonio Muniz, resolveu nomear delegado regional destas comarcas o dr. Otaviano Saback. Poucos dias depois da chegada da autoridade mencionada, um “mangabeirista” importante, o dr. Fernando Caldas, escapou de ser assassinado numa tocaia na estrada do Banco da Vitória. Diz ainda que “uma série de crimes bárbaros ensopava de sangue o distrito de Sequeiro do Espinho, aonde um grupo de facínoras vinha campeando impunemente” (p. 351 e 358).

Nesta época, uns bandidos denominados “cauassús”<sup>14</sup> foram apossados pelos homens de confiança do coronel Marcionílio de Souza, tendo abandonado o município de Jequié, invadindo os de Barra do Rio de Contas (atual Itacaré), de Itabuna e de Ilhéus. Campos (1981, p. 354) diz que “uma alcatéia desses terríveis bandidos acastelou-se no distrito de Sequeiro do Espinho, extorquindo dos fazendeiros contribuições em dinheiro, empreitando crimes, incendiando e saqueando habitações, casas de comércio, e a estação da via férrea”. Os bandidos eram em número de cem e estavam sendo apoiados

---

<sup>14</sup> CAUASSÚS - grupos de bandoleiros outrora existentes nos sertões baianos.

por políticos e fazendeiros locais da facção governista. Esta facção era representada por Antonio Muniz no governo do Estado e por Misael Tavares como intendente e representante do grupo pessoísta, portanto, do grupo político dos Badaró.

Nas conversas informais sobre o passado desta região, muitas pessoas contam que vários coronéis eram, na verdade, “chefes de jagunços”, e Gustavo Falcón afirma que foram muitas as razões que influíram para a formação de divergências, “principalmente aquelas que opunham entre si influentes chefes de jagunços que, a exemplo dos Badaró e Basílio de Oliveira, tornaram-se inimigos ferrenhos em decorrência da luta pela posse da terra” (FALCÓN, 1995, p. 97).

Os depoimentos das duas famílias, Badaró e Oliveira, coincidem, ao afirmarem, categoricamente, que a briga não foi pela posse da terra, mas antes por intriga de pessoas interessadas em tirar proveito da discórdia entre os dois coronéis.

Conforme narra Campos (1981), havia grande indignação no seio das populações rurais dos três citados municípios contra a violência, os atentados à propriedade e à segurança individual, e a opressão que as autoridades policiais praticavam e exerciam, enquanto os “cauassús” continuavam impunemente as suas depredações. O arraial de Pancada despovoara-se, Itapira sofrera um ataque e o Banco Central fora saqueado e depredado. Para repelir os assassinos, o governador do Estado, Antonio Ferrão Muniz de Aragão, fez partir da capital, a 7 de dezembro de 1917, uma força de 50 praças. Quando os soldados chegaram ao palco dos acontecimentos os malfeitores haviam sido prevenidos pelos seus “coiteiros” e protetores. Haviam sumido no mato.

Segundo Vitório Badaró, os jagunços funcionavam como uma milícia particular, não faziam outra coisa que não fosse dar cobertura e proteção, e eram recrutados entre aqueles que atiravam melhor. Muitas vezes eram homens sem escrúpulos, fugidos de outras regiões onde já haviam deixado encrencas grossas, e que, uma vez aqui, recebiam a proteção do coronel em troca dos seus “serviços”.

Naquela época ninguém andava só, eles andavam em grupos. E a situação foi piorando, e ficando cada vez mais difícil um entendimento. Diante da impossibilidade de chegarem a um acordo, começaram a armar seus homens, os jagunços, e o clima entre eles foi esquentando.

Uma certa feita, o coronel Basílio e Sinhô Badaró, já como inimigos, se encontraram na estrada, e começou a se armar uma escaramuça, o que só não aconteceu por causa da interferência dos amigos.

Segundo depoimento verbal de Vitório Badaró “quando os bandidos se encontravam, na região do Sequeiro do Espinho, eles matavam, saqueavam, roubavam, faziam tudo, tudo quanto era espécie de absurdo”. As pessoas pensavam que o que eles faziam era a mando dos Oliveira e dos Badaró, mas era a índole deles mesmos, e eles continuavam a fazer o que estavam acostumados. Entendemos, pelos depoimentos, que a região do Sequeiro do Espinho era muito visada pelos bandidos, por ser uma região em grande desenvolvimento, onde corria muito dinheiro.

Sequeiro do Espinho era uma vila em grande desenvolvimento que ficava situada próximo a Itapira, hoje cidade de Itajuípe. Antes de ter este nome de Sequeiro do Espinho, chamava-se Ouro Preto, ficava situada às margens do rio Almada, era servida pela estrada de ferro e chegou a possuir um jornal. Hoje dela só resta a casa da estação do trem. As casas se acabaram todas. Itapira, Banco Central, Rio do Braço, salvo a primeira, que se emancipou em 1952 com o nome de Itajuípe, foram localidades muito importantes, todas próximas, que se desenvolviam por causa da grande quantidade de dinheiro que corria em toda a região cacauieira. Atualmente não passam de pequenas vilas.

No ano de 1918, o jornal itabunense O Democrata, adepto da situação dominante no Estado (pessoísta), contava que

a origem dos distúrbios sangrentos e predatórios que estavam acontecendo naquele município e no de Ilhéus, tiveram início quando o capitão José Fernandes Badaró, o Juca, fora vítima de uma tentativa de assassinato, do qual escapara por milagre. Quando prenderam o criminoso, este denunciou por mandante, um filho do coronel Basílio, grande e influente fazendeiro nos dois municípios (CAMPOS, 1981, p. 358).

A partir daí teria havido fortes represálias, formando os Badaró grupos de jagunços que começaram a provocar as pessoas da facção contrária e praticando depredações nas suas propriedades, ameaçando até investir contra o arraial de Mutuns, município de Itabuna, onde Basílio contava com muitos amigos. O artigo do jornal pedia providências para que se impedisse a intensificação das desordens.

Segundo depoimento de Itassucê Sá Barreto, um filho do coronel Basílio, Durval Oliveira, ficou preso seis meses, apesar de não ter tomado parte na disputa. Os filhos do coronel Basílio não se envolveram na luta, e a esposa do coronel, dona Ana Santos Oliveira, proibiu qualquer um de seus filhos e genros de tomar qualquer atitude de retaliação contra seu genro Domingos Badaró.

A presença do delegado regional não influíra para modificar a situação de anarquia reinante no eixo Ilhéus/Itabuna, entretanto, aquela autoridade, ao partir da capital, proclamara que por simples ação catalítica apaziguaria os espíritos ali. Mas não foi assim. Os subdelegados não cumpriam suas determinações. Às vezes eram eles mesmos que dirigiam os assaltos às fazendas. Tem-se a notícia de que dois sub-delegados encarregados de pacificar a zona do Ribeirão de São José passaram, eles mesmos, a assaltar as fazendas.

Além disso, o próprio delegado concorreu para acirrar os ânimos. Ele investiu do cargo de polícia, o principal dos



Maria José, filha de Sinhô

caudilhos governistas que chefiava os bandos hostis a Basílio, e criava situações de dificuldade no já conturbado distrito de Sequeiro do Espinho. Ele nomeou nada menos que Juca Badaró como chefe de polícia que arrebanhou quarenta “cauassús”, mercenários familiarizados com o crime, invadiu a zona, e expulsou de suas casas os negociantes e fazendeiros partidários da oposição, deixando que saqueassem suas casas e estabelecimentos comerciais.

Vitório diz que quando eles começaram a briga, Sinhô faleceu. Os filhos de Sinhô Badaró, Vitório e Maria José, afirmam que ele morreu de gripe espanhola no ano de 1918, quando estava com 33 anos de idade. Campos (1981) registra que a briga teve início nos primeiros dias de 1919, mas as escaramuças e desentendimentos, como já vimos, a partir do final de 1917. A chegada à região dos bandidos “cauassús” e a proteção que lhes deram os fazendeiros certamente foram fatores que muito contribuíram para que acontecessem os tristes episódios do Sequeiro do Espinho.

Há uma certa contradição no depoimento de Vitório Badaró. Inicialmente ele afirma que o motivo da briga foi por intriga, como já colocamos anteriormente, nunca pela posse da terra. Mais adiante, afirma que ambos queriam possuir a mesma terra, e que depois de muita briga, quem ficou com as terras foi seu pai, Sinhô Badaró. Outras fontes afirmam que quem saiu vitorioso foi o coronel Basílio de Oliveira.

O mesmo depoimento dá conta de que muitas vezes o coronel Basílio mandou tocaiar seu pai, que uma vez um tiro pegou no braço e de outra vez o tiro pegou no pescoço do animal em que ele viajava. Por causa destes problemas que pioravam a cada dia, sua avó Ambrosina, mãe de Sinhô, aconselhou-o a vender tudo o que possuía para ir embora da região e se estabelecer lá para os lados de Itaberaba para criar gado. Sua esposa, Domitilla, pediu-lhe que vendesse somente a metade, pois ela queria preservar os bens de seus filhos.

Assim foi feito e, naquela época, 1918, ele apurou duzentos contos de réis com a venda de parte dos seus bens e marcou a viagem para Itaberaba, juntamente com seu amigo Jovino Monteiro que conhecia bem aquelas terras. Foi quando ele contraiu a gripe espanhola, que assolou a região; já estava melhorando, mas “muito teimoso que era, tomou uma cerveja gelada, comeu uma feijoada, e piorou”. No dia da viagem, pouco depois do navio ter partido sem ele, Sinhô Badaró veio a falecer, na residência onde morava, o “Solar das Pimenteiras”, já mencionado neste trabalho. Na confusão da sua morte, a mala, com os duzentos contos de réis que serviriam para comprar a fazenda de gado desapareceu misteriosamente, e dela nunca mais se teve notícia.

Maria José, a filha mais velha de Sinhô Badaró, que contava nove anos quando perdeu o pai, afirma que na época em que a briga do Sequeiro do Espinho começou, seu pai já estava morto e que a disputa teria sido sustentada por seu tio Juca. Este não tinha a mesma personalidade do irmão e não era tão respeitado pelo coronel Basílio. Seu depoimento fala em muitos mortos, em luta sangrenta, terminando com a vinda do navio Deodoro da Fonseca. Maria José, em depoimento verbal, lembrou de uma cantiga que falava das brigas do Sequeiro do Espinho, que dizia assim:

Sinhô Basílio, Sinhá Fulô,  
Sinhô Badaró, Sinhá Fulô,  
Só me deixaram, Sinhá Fulô,  
C’ua roupa só, Sinhá Fulô.

Sinhô Basílio é meu cumpadre,  
Badaró, meu pandareco  
Só deixaram em minha casa,  
Um pinico e um caneco!

Adonias Filho dizia que esta região produzia muitas coisas, inclusive escritores. Há uma tendência muito forte de se fazer piadas, brincadeiras e até músicas para ressaltar as coisas que aconteciam. Não creio que seja por acaso que uma determinada região produza um grande escritor. Ele é, sem dúvida, fruto de uma determinada cultura.

Uma outra versão que Itassucê levanta, em depoimento verbal, para o conflito é que o coronel Misael Tavares havia emprestado dinheiro a um fazendeiro chamado Antonio Vítor, que não o pagou. Era praxe na região quando alguém não pagava, tomar-lhe a terra, e segundo a depoente “todo mundo devia dinheiro a Misael”.

Antonio Vítor que, por sinal, também é o nome de um personagem importante do romance por nós estudado, pediu ao coronel Basílio um reforço para ajudar a garantir a posse das terras do coronel, no que foi atendido com um pelotão de sessenta homens armados.

Esta briga tomou cunho político e João Mangabeira ficou contra Misael Tavares. Segundo a opinião dos mais antigos que viveram aquela época, os Badaró sempre gostaram de “arrotar” valentia, por isso resolveram entrar na briga, do lado do coronel Pessoa, pois eles eram “pessoístas”. Segundo a senhora Itassucê Sá Barreto, havia uma disputa política entre João Mangabeira e o coronel Pessoa. Misael Tavares e os Badaró estavam do lado pessoísta, sendo apoiados por Antonio Muniz, então no governo estadual. O coronel Basílio (seabrista) apoiava João Mangabeira. Os filhos do coronel Basílio não entraram na briga.

Segundo a mesma depoente, o coronel Basílio nunca teria realizado nenhum “caxixe”, nunca teria tomado terra de ninguém.

As vítimas de “caxixes” se queixavam da situação dolorosa em que se encontravam, da indiferença da justiça e da prepotência dos governos locais. Não havia para quem apelar, os ouvidos eram surdos. Os governos municipal, estadual e federal não

se preocupavam com o crédito para os pequenos agricultores, deixando-os entregues à usura dos grandes comerciantes e dos grandes proprietários de terra.

Sobre os “caxixes” realizados, não só por parte dos fazendeiros, mas também por parte das casas comerciais, Falcón (1995) traz vários depoimentos bastante fortes, como o caso de Otávio Berbert, um legítimo desbravador das matas, que para não entregar suas terras, incendiou sua fazenda e se embrenhou pela mata selvagem como caçador foragido e perseguido. Mais tarde reapareceu e formou nova propriedade à qual deu o nome de “Medroso”. Ele narra outras estórias de pessoas que perderam tudo e até uma notícia publicada no Diário da Tarde (10.05.1929), onde um jovem se suicidou por causa dos débitos que contraíra em empresas comerciais de cacau.

Ainda segundo Itassucê Sá Barreto, dando prosseguimento aos conflitos, os Badaró invadiram uma casa de comércio, localizada no Sequeiro do Espinho e pertencente a Manuel Inácio de Andrade. Isto foi suficiente para desencadear o conflito. Foi tanta gente morta, “que o Sequeiro do Espinho, que era banhado pelo rio Almada, ficou coalhado de cadáveres”.

Campos (1981) refere-se a uma notícia que saiu no jornal O Diário de Notícias, de Salvador, narrando os acontecimentos no sul do Estado, local de onde os governos tiravam a maior renda, mas não tomavam providências no sentido de colocar a ordem e a lei. Dizia a notícia que, no dia 26 de janeiro de 1919, foi assaltada a casa do negociante Manuel Inácio de Andrade, maior negociante do Sequeiro do Espinho, que escapou milagrosamente, mas neste episódio morreram muitas pessoas que faziam compras. Que a situação era angustiante e as famílias encontravam-se alarmadas.

Também a neta do coronel Basílio tem um versinho que se cantava naquela época. A situação era insuportável, mas nem por isso as pessoas deixavam de se divertir.

O Sequeiro está molhado,  
Espinho nem ponta tem.  
Foi tanta gente morta,  
Não sobrou lá mais ninguém!

Segundo a mesma depoente, “na ocasião da contenda, Alonso Martins, genro do coronel Basílio e tido como pessoa que gostava de brigar, deu uma entrevista no jornal *A Tarde da Bahia*, falando horrores dos Badaró, de Misael, de toda a facção contrária. Quando ele voltava de Salvador e estava no trem, sozinho, encontrou-se com Juca Badaró e seu grupo, inclusive estava também Bento Beró, um conhecido facínora. O encontro foi do jeito que eles gostavam. Humilharam o coronel Alonso como puderam. Fizeram pipi no bolso do seu paletó, obrigaram-no a engolir a nota do jornal, cortaram sua roupa, e Alonso não disse nada” (depoimento oral de Itassucê Sá Barreto).

O coronel Alonso Martins, na ocasião, não disse nada, mas não se deu por vencido. Assim que teve condições, reuniu seu grupo armado e foi cercar a casa de Juca Badaró, na fazenda do Rio do Braço.

Alguém avisou a Juca da presença do pessoal do coronel Basílio. Este fugiu pelo fundo da casa, subiu a serra e, segundo consta, teve uma bruta dor de barriga. O facínora Bento Beró foi morto, castrado, cortado em pedacinhos e colocado dentro de um cesto. Segundo as palavras de Itassucê Sá Barreto, “eles não tinham mais freio”.

Este depoimento da entrevistada demonstra uma contradição com o fato narrado no capítulo anterior, quando abordamos o julgamento do coronel Basílio encontrado no livro do professor Francolino Neto. Esta contradição nos encoraja a continuar pesquisando a história desta região, uma história riquíssima, mas ainda desconhecida, necessitando ser esmiuçada para ser conhecida. Há grande dificuldade de se encontrar

documentos, pois era prática queimar cartórios. Ainda hoje as instituições costumam queimá-los, com base na lei que afirma que após 10 anos o documento perde a validade. Pode perder do ponto de vista jurídico, mas não do ponto de vista da história.

Não é difícil perceber que tudo isto que ocorreu era previsível numa terra que não tinha leis, onde quem mandava eram os donos do poder político e econômico.

Concordando com Vitório Badaró, Itassucê nos diz que “a briga não foi por motivo de terra. Foi por intriga, foi política, por excesso de auto-confiança”, não só dos coronéis mas também de seus prepostos, que pensavam que o dinheiro podia comprar tudo, que a proteção política os isentaria de uma ação firme por parte da Justiça.

A comunicação entre a capital e a região, naquela época, não era tão fácil, por este motivo as notícias se tornavam contraditórias. Quando o Governo do Estado procurava se informar como andavam as coisas, as respostas eram que tudo estava em paz. Os coronéis, certamente, não queriam perder o controle da situação, fosse a que preço fosse. Não queriam o governo do Estado se intrometendo no que aqui ocorria.

Segundo Campos (1981), em 22 de outubro de 1918, um tenente de polícia, delegado, telegrafava do Sequeiro do Espinho, dizendo estar tudo em paz e que também o Iguape, localizado no litoral norte de Ilhéus, e hoje apenas um bairro da cidade, já estava pacificado. Um mês e meio depois moradores daquela localidade escreviam para o jornal O Democrata afirmando encontrar-se a mesma transformada em legítimo inferno. Ainda Campos (1981, p. 360) expressa que grupos de bandidos “armados de repetição infeccionavam o distrito, praticando toda sorte de perversidades: espancando, ferindo, matando quantos lhe incorriam no desagrado, ou eram apontados pelos seus chefes e chefetes”.

Naquela ocasião, na região estavam interrompidas todas as comunicações, afetando o comércio e até o serviço postal. A situação era tão difícil que ninguém se arriscava a levar o cacau nem mesmo à estação ferroviária, pois o terror havia tomado conta de todos. Os partidários dos dois grupos se evitavam, e os que não pertenciam a qualquer das facções também passavam por suplícios e punições, seguindo o princípio de “quem não está do meu lado, está contra mim”. A vida ali se transformara num martírio.

Quem não participava ativamente do conflito se sentia prejudicado. A maioria das pessoas tinha uma espécie de queixa de que estes repulsivos elementos “que atraíam para Ilhéus a triste fama de querência de jagunços”, estavam prejudicando a cidade e seu progresso e, na verdade, eram mandados, protegidos e defendidos por homens de responsabilidade, de conceito social, ricos e poderosos, os coronéis.

A luta, que teve a duração de mais de um ano, aumentou nos fins de 1918 e ainda continuava no início do ano de 1919. Segundo Campos (1981), o motivo da disputa seria político, pois o partido que agora ocupava a oposição, o seabrista, do qual fazia parte o coronel Basílio, possuía grande maioria no eleitorado nos povoados de Castelo Novo e de Sequeiro do Espinho. Por este motivo os ocupantes da situação resolveram esfacelar as fileiras inimigas, adotando processos bárbaros e desumanos.

No dia 2 de janeiro de 1919, um bando de “cauassús” invadiu o Sequeiro do Espinho, e o que fizeram causou tanta revolta, fazendo com que a Associação Comercial de Ilhéus passasse um telegrama para a de Salvador, na Bahia, solicitando providências urgentes do governo do Estado, no sentido de colocar nova ordem nas zonas

afetadas. Fala de “fazendas assaltadas, bárbaros assassinatos, constantemente impossibilitando transações comerciais”.

Sobre o assunto desta contenda que durou mais de um ano, causando dificuldades no desenvolvimento local, revolta e inúmeras mortes, não encontramos documentos escritos. Contamos com a memória de pessoas que ouviram contar pelos que já morreram em suas famílias, algumas informações nos livros que tratam da região, mas quem apresenta maiores detalhes, inclusive citando notícias de jornais, é o cronista Silva Campos.

A força pública que tentou chegar no Sequeiro do Espinho foi rechaçada à bala. E o governo do Estado, na pessoa do dr. Antonio Muniz, levou mais de quinze dias para tomar qualquer providência, pois sempre que perguntava aos poderosos locais sobre como andava a situação, o que recebia como resposta é que estava tudo em paz.

O Jornal de Ilhéus, pessoísta (edição de 30.01.1919), transmitiu um despacho ao Jornal de Notícias, afirmando que era inexata a notícia do assalto à casa do negociante Manuel Inácio de Andrade. Ao contrário, dizia que o que houve foi um ataque dos capangas do coronel Basílio de Oliveira ao capitão Juca Badaró, que passou por ali com seus homens.

O certo é que a situação era caótica, ninguém se entendia, muitas pessoas procuravam abrigo fora da zona atingida, estando a fazenda do coronel Basílio lotada de pessoas que procuravam segurança.

Ainda segundo Campos (1981), até então, final de 1918, a atitude do coronel Basílio era defensiva. A partir deste momento ele resolveu mudar sua atitude, e assumir a ofensiva. Da sua fazenda, no Rio do Braço, partiram 290 homens com o intuito de atacar a fazenda Pedra Redonda, de Juca Badaró. Por onde passavam eram acolhidos como verdadeiros salvadores, e com pouco tempo de marcha, o número já havia aumentado

para mais de 330 homens.

Em 1º de fevereiro de 1919, o Diário de Notícias anunciava que mais de 150 pessoas haviam sido mortas, e que o arraial de Mutuns encontrava-se transformado em uma praça de guerra. E no dia 3 de fevereiro aconteceu o ataque à fazenda Pedra Redonda, de Juca Badaró, que contava com a proteção de noventa homens. Estes não resistiram ao embate sustentado pelo coronel Basílio e seus homens, quando cresceu “o número de mortos nas fileiras governistas, cujos cadáveres foram atirados ao rio. Um grande número de pessoas ficou ferida. A fazenda ficou arrasada, devastada, a casa ficou em frangalhos, esfacelaram tudo quanto foi possível. Seu dono escapara, acoitando-se num sítio próximo, de onde testemunhou as depredações praticadas pelo inimigo” (CAMPOS, 1981, p. 365).

Com o agravamento da situação, o governador Antonio Muniz, enfim, tomou uma posição, convocando o major Salvador Borges de Barros, oficial dos mais corretos e disciplinados, para seguir para o sul do Estado e colocar ordem na situação. O embarque da tropa, no navio Jequitinhonha, da Baiana, foi espetacular e concorrido. Campos (1981, p. 366) informa que também viajava “no paquetezinho o intendente municipal e subchefe político de Ilhéus, o coronel Misael Tavares”. Intendente era como se chamava o atual prefeito. Sabe-se que o coronel Misael Tavares tornou-se intendente através de nomeação.

Na mesma noite em que a força aportou em Ilhéus, os “cauassús” fizeram mais um ataque a Itabuna, com forte tiroteio e o comércio trancou as portas, na perspectiva de um saque. Os bandidos conseguiram sair vitoriosos e a população ficou alarmada. Dizia-se que a intenção dos bandidos era invadir Ilhéus.

Quando o major Salvador chegou à estação de Água Preta, prendeu o capitão Juca Badaró, chefe maior dos beligerantes governistas. A ordem do governador do Estado era restituir a paz ao município onde reinava

a anarquia, e, para tanto, deveria ser preso também o coronel Basílio de Oliveira. Como a prisão estivesse demorando de acontecer, os situacionistas se puseram a telegrafar ao governo federal e ao dr. Antonio Muniz, afirmando que o “chefe de bando” estava avançando para invadir Ilhéus com numerosos jagunços e que o seu intento era assaltar e saquear a cidade. Foi diante destas notícias que as repartições federais se apavoraram e pediram garantias ao Rio de Janeiro. Para acalmar a situação e garantir a ordem veio estacionar no ancoradouro interno do porto de Ilhéus o couraçado Deodoro, da Divisão Naval do Norte, permanecendo aí ancorado de 14 de fevereiro a 2 de março de 1919.

No Sequeiro do Espinho a luta ainda continuava, mas a 4 de março de 1919, foi publicado um telegrama do major Salvador, comunicando ao governador haver mandado uma diligência cercar a fazenda de propriedade do coronel Alonso Martins, genro e lugar-tenente do coronel Basílio. Este foi preso, tendo sido apreendidos 31 armas de fogo e 456 cartuchos, e ninguém sabia o paradeiro de Basílio.

O coronel Basílio de Oliveira passou dois anos em Minas Gerais e quando retornou a Ilhéus foi recebido como herói. No seu retorno, já era governador do Estado J.J. Seabra, e tudo havia mudado. O coronel Basílio e Juca Badaró foram julgados pelos crimes que cometeram. No julgamento, realizado em Ilhéus, ambos foram absolvidos. Uma página importante do livro da História da Região Cacaueira havia sido fechada.

## O ROMANCE

“Eu vou contar uma história,  
uma história de espantar.”

(Romanceiro popular)

O romance *Terras do Sem Fim* foi escrito em agosto de 1942, na cidade de Montevideu, capital do Uruguai, quando, em pleno Estado Novo, o autor encontrava-se exilado do país, por pertencer ao Partido Comunista. Foi traduzido para mais de vinte idiomas. Antes de começar o texto, o autor coloca este versinho do romanceiro popular, que entendemos por bem colocar neste trabalho, porque é realmente uma estória de espantar. Na época em que ele foi escrito, a palavra história ainda não existia no vocabulário brasileiro.

Gosto muito de tudo que Jorge Amado escreve, por este motivo não posso deixar de falar de certos pontos, mesmo que não façam parte do texto principal do livro. No seu início encontramos algumas palavras do autor justificando o romance e, nele, diz o escritor que viveu sempre na esperança, até mesmo na certeza de que “o dia de amanhã será melhor e mais belo”. E, como um poeta, fala da madrugada que já se levanta sobre a noite da guerra, madrugada esta, espera, de um novo dia na vida do seu povo e da humanidade. Por este amanhã melhor ele viveu e escreveu.

O que torna bonita a vida é saber que sempre existirão sonhadores desejando um mundo melhor. A esperança de um mundo mais humano e de uma vida mais digna para todos os homens, sem distinção, é o que faz crer que uma centelha divina está presente na Terra dos Homens.

O romance está dividido em 6 partes: O Navio, A Mata, Geração de Cidades, O Mar, A Luta e O Progresso.

Em cada uma dessas partes, o autor vai apresentando os

personagens, desenvolvendo a trama e criando seu enredo.

A estória começa em Salvador, com a partida de um navio com destino a Ilhéus. À medida que vai narrando os fatos, o escritor vai apresentando seus personagens, aqueles que compõem a trama do romance.

No navio embarcaram Juca Badaró, que visita a terceira classe recrutando novos trabalhadores visando a derrubada da mata do Sequeiro Grande e aproveita para se impor como “mulherengo” afamado, dirigindo-se a uma mulher que embarca sozinha, Margot, que será também personagem de destaque, pois é amante do advogado do coronel Horácio, chamado dr. Virgílio Cabral, que foi enviado por dr. J.J.Seabra, político influente naqueles tempos.

Viajam também os jogadores de pôquer, jogo muito difundido naquela época, e o principal deles, o dr. João Magalhães, vigarista notório, vivia do jogo, mas se dizia engenheiro militar. No final do livro casa-se com Don’Ana, filha de Sinhô Badaró. No navio estão também alguns coronéis que mais tarde aparecerão com destaque, como o coronel Maneca Dantas, amigo de Horácio, o coronel Totonho, do “Riacho Doce”, e Ferreirinha.

Enquanto o navio se afasta do porto, as conversas giram sobre o que os espera numa região tão nova, onde corre muito dinheiro, tem fama ao mesmo tempo de eldorado e paraíso para se fazer fortuna e coito de bandidos, aonde a maioria vai se dar mal. Logo nas primeiras páginas a conversa entre os passageiros é sobre a região que os espera e o que nela acontecia: terras, dinheiro, cacau e morte.

Não é coisa muito fácil contar um romance de Jorge Amado, tal a riqueza de detalhes e uma espécie de ondulação que ele faz na narrativa, onde passa de um assunto a outro, no desenrolar da trama, sem uma seqüência lógica. Ele pára a narrativa abruptamente, para retomar mais adiante.

As conversas dos seus personagens apresentam a “filoso-

fia” do autor, que se preocupa com um modo de vida melhor para os homens. O romance foi escrito na época de militância comunista de Jorge Amado.

Do navio, ele passa para “A Mata”. Os homens estão começando a penetrá-la, uma mata majestosa e imponente que deslumbrava, seduzia e amedrontava os homens. Juca Badaró, com mão de ferro, impõe aos homens seu poder de dominação, onde todos eram obrigados a obedecer e a seguir as suas ordens. Durante muitas páginas ele narra a relação do homem com a mata numa noite de tempestade. Nem o acesso de loucura de um dos trabalhadores, doente, é capaz de arrefecer o ímpeto do poderoso coronel, que para mostrar seu poder, dá-lhe um tiro para que sirva de exemplo, para obrigar os outros a enfrentar a fúria da natureza.

Aos poucos ele vai introduzindo cada personagem. O coronel Horácio da Silveira aparece logo no começo realizando um “caxixe”, enganando contratistas que confiaram nele, e como não quisessem se sujeitar ao que ele queria, acabaram sendo mortos.

Dentro do tema apresentado, ele coloca, claramente, suas posições pessoais. Dedicava inúmeras páginas à reflexão que o negro Damião faz quando é enviado pelos irmãos Badaró para matar Firmo, pequeno proprietário que se interpunha aos seus desejos de dominar a mata do Sequeiro Grande. Ele diz que Sinhô Badaró matava quando “era necessário”, Juca Badaró matava por gosto, e o negro Damião por ignorância, matava porque era mandado. São muitas páginas enfocando este tema. O remorso de Damião é um verdadeiro suplício.

A narrativa vai num crescendo constante que leva para o desfecho final: a luta pela posse das terras do Sequeiro Grande.

Enquanto ele conta a história, vai falando da construção das cidades, a partir de aglomerados de casas nas sedes das principais fazendas.

O escritor dá grande destaque ao povoado de Ferradas, que ele apresenta como “feudo de Horácio”, e passagem obrigatória

para os viajantes que se dirigiam a Vitória da Conquista. Fala da intenção de se levar a estrada de ferro até Ferradas, aonde nunca chegou porque Horácio era seabrista, que no momento era oposição.

Dentro da sua narrativa encontramos os mais destacados pontos daquela época na região cacauieira, como as fraudes eleitorais, os “caxixes”, as traições, os conceitos de valentia e covardia, a prostituição etc.

Ele coloca como ponto importante a figura feminina de Don’Ana Badaró, mulher que foi capaz de articular com o coronel Teodoro das Baraúnas, na ausência dos chefes da família, Sinhô e Juca, o incêndio do cartório para anular o “caxixe” realizado pelo coronel Horácio, juntamente com dr. Virgílio, registrando a mata do Sequeiro Grande em nome de Horácio e de outros correligionários. Aliás, esta é uma característica muito importante do escritor Jorge Amado: valorizar as mulheres.

Nesse meio tempo vão surgindo os romances, os pares vão se formando. Don’Ana e João Magalhães, Raimunda, irmã de leite da filha de Sinhô, e Antonio Vítor, que acabara por esquecer o amor que havia deixado em Sergipe. Ester, esposa de Horácio, encontrou uma razão de viver no advogado que chegara para ajudar seu marido, dando-lhe a assessoria jurídica necessária. Juca Badaró montou casa para Margot, ex-amante de Virgílio, apesar da esposa Olga prometer “quebrar de pau” aquela que se aproximasse de seu marido.

São muitos os personagens, são muitas as pessoas envolvidas na trama. No romance encontramos todas aquelas pessoas que fazem parte da vida de uma cidade: pessoas de bem, bandoleiros, oportunistas, prostitutas, famílias e pessoas de todos os tipos e matizes. Havia até o “homem do anelão falso”, que não se pode compreender bem de quem se trata, que não tem nome, mas que servira de testemunha no julgamento de Horácio e foi do que “o menino mais gostou”, porque era um

contador de estórias. Não representa destaque na obra, mas lhe é dada alguma importância.

Já no final do romance, Virgílio e Juca se desentendem por causa de Margot. O coronel Horácio praticamente obriga Virgílio a contratar um homem para matar Juca de tocaia. É quando ele diz que um homem que manda matar é tido como corajoso, como se tivesse feito com suas próprias mãos. A tocaia falhou, Antonio Vítor, pela terceira vez, salvou o patrão.

As duas últimas páginas do romance falam das eleições em Ilhéus, da ascensão do coronel Horácio ao governo local, através do seu candidato Maneca Dantas, da chegada do Bispo, da emancipação de Itabuna como novo município e da ascensão de J.J. Seabra como novo governador da Bahia.

Na festa da chegada do Bispo, dr. Rui, completamente bêbado, explica a sua teoria: “Em roça de cacau, nessas terras, meu filho, nasce até Bispo. Nasce estrada de ferro, nasce assassino, caxixe, palacete, cabaré, colégio, nasce teatro, nasce até Bispo... Essa terra dá tudo enquanto der cacau...” (Terras do Sem Fim, p. 271).

No fim do livro, muitos haviam morrido: os irmãos Badaró, Ester, esposa de Horácio que pegou “a febre”, e também Virgílio, assassinado a mando de Horácio. A luta fôra cruel. Novos tempos se apresentavam na região cacauzeira com a chegada do primeiro bispo como nova autoridade. O coronel Horácio da Silveira foi absolvido no julgamento pelos crimes cometidos, o governo federal praticou intervenção no Estado da Bahia, Itabuna se transformara em município. Uma nova vida começava nas terras do cacau.



Coronel Basílio de Oliveira

## HISTÓRIA E FICÇÃO

Certamente um romancista cria a sua obra a partir da realidade, do mundo em que viveu. Com a obra de Jorge Amado não foi diferente. O romance estudado, *Terras do Sem Fim*, tornou-se, para nós, muito mais rico depois da pesquisa histórica que fizemos.

Podemos dizer, agora com certeza, que o que Jorge Amado fez foi criar e dar nomes aos seus personagens, descrever acontecimentos e tramas semelhantes às vividas na região, para redigir seu romance. Tudo o que ele descreveu de fato aconteceu. Não podemos dizer que o romance é biográfico, mas quase tudo é real.

O autor mistura personagens, nomes, características de várias pessoas são colocadas numa só. O que ele faz são colagens, adaptações, mistura a ordem dos acontecimentos, faz floreios, utiliza sua imaginação, enfim, utiliza-se da licença que o escritor tem para compor a trama e seus personagens.

O livro tem início falando de um vigarista, o capitão João Magalhães, que vem no navio para Ilhéus, fugindo de um trambique que passou em Salvador. O enganado estava atrás dele para desmascará-lo. No decorrer do romance, João Magalhães teria se casado com a única filha de Sinhô Badaró, que era viúvo e sentia um imenso amor pela filha. Isto não é verdade, Sinhô teve uma filha e três filhos homens, e quando morreu, sua esposa Domitilla Badaró ainda estava bem viva, mas podemos afirmar duas coisas: o dinheiro fácil, a fama de terra rica atraiu pessoas de todos os tipos, inclusive espertalhões que deram o chamado “golpe do baú”. A estória é sem dúvida uma criação sua. Nem a personalidade do personagem diz alguma coisa do verdadeiro Sinhô.

As pessoas que saíam do nordeste e se dirigiam para a região cacaueteira vinham com a idéia de ganhar dinheiro fácil,

enriquecer e voltar para casa. Mas se existiam e existem pessoas cheias de esperança, também existem as pessimistas que pensam no pior. Estas também estão presentes no livro. São as que falam mal da região, que falam da “febre que matava até macaco” (era a febre tifo), as pessoas que se transformavam em matadores profissionais, para ganhar um pouco mais, os famosos “caxixes”, as tocaias e a impunidade da lei.

Na entrevista que realizamos com a filha de Sinhô, Maria José, ela se mostrou indignada quando abordou o assunto do livro. Ela contava apenas nove anos quando seu pai morreu, não era possível ser ela a personagem. Por outro lado, seu esposo faleceu ainda revoltado com o que ele achava que era um desrespeito de Jorge Amado, o que fizera com ele e com toda a família. As pessoas daquela época não souberam separar história e romance e, provavelmente, não souberam respeitar a liberdade a que o romancista tem direito.

Os estudantes de História da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) realizaram uma entrevista com Ana Amélia Amado, neta de Gileno Amado, sobre uma grande personalidade das terras de Itabuna: sua avó, e esposa do coronel Gileno Amado, d. Amélia Amado. Alguns traços que a personagem Don’Ana Badaró apresenta provavelmente foram retirados de d. Amélia Amado, uma mulher de fibra, que se recusava a montar cavalo de lado, tinha muitos ideais e uma vida bastante avançada para a época. D. Amélia Amado era filha do coronel Misael Tavares e casou-se com um moço pobre, Gileno Amado, advogado recém chegado à região, que fez nome na política, e quando morreu deixou uma fortuna considerável. O coronel Misael Tavares não é figura de destaque nesta obra, mas muitas características do personagem Horácio da Silveira são, na verdade, do coronel Misael. É o caso da sua personalidade e o fato de ter começado a vida como tropeiro.

Quando Gustavo Falcón fala da mobilidade social que foi muito intensa nesta região, na época da implantação da cultura

cacaueira, ele cita como exemplo o coronel Misael Tavares. “Modesto requerente de terrenos públicos em fins do século passado e começos deste, conseguiu ascender meteoricamente, sagrando-se o mais promissor cacauicultor do País” (FALCÓN, 1995, p. 65). Diz ainda que começou sua vida como tropeiro. Em nossa opinião, após várias leituras do romance estudado, o coronel Horácio da Silveira, personagem do romance, pode ter sido baseado em Misael Tavares.

Segundo o próprio autor, nenhum personagem representa uma figura real por inteiro.

O escritor apresenta “a mata” quase como uma entidade. As pessoas a admiravam, a desejavam, mas também a temiam profundamente. Certamente ela era habitação dos deuses. A mata que ele apresenta ficava na região do Sequeiro do Espinho, que ele chama de Sequeiro Grande e era alvo da cobiça dos coronéis, de modo geral, e em particular dos dois pesquisados por nós. Nesta representação podemos incluir todas as matas que foram derrubadas para o plantio de cacau. Existiram dois Sequeiros: o Grande e o do Espinho. O Sequeiro Grande era a região onde ficavam as fazendas, a região que contornava a vila de Sequeiro do Espinho. O segundo possuía este nome por causa das pedras pontudas em grande quantidade. A palavra Itajuípe, em tupi-guarani, significa pedra de ponta. Por isto deram o nome de “Sequeiro do Espinho” àquela localidade.

Campos (1981, p. 316) narra uma passagem sobre “o assassinio do Dr. Virgílio de Sá, perpetrado, aliás, por questões íntimas e alheias à política”. Ora, questões íntimas fazem lembrar adultério. Os coronéis, depois de um determinado período, começaram a depender e a conviver constantemente com os advogados. Certamente o fato ocorrido em Itabuna deve ter originado um tremendo escândalo. Ainda hoje os homens não admitem ser traídos, imagine o sentimento de um coronel, sabendo que sua esposa estava vivendo uma aventura. Provavelmente este fato deu origem ao que Jorge Amado escreveu

pois, no romance, o amante da esposa do coronel Horácio era um advogado chamado dr. Virgílio.

Quanto ao fato de o coronel tão valente ter sido traído pela esposa, fato, aliás, que deixou os parentes do coronel Basílio chocados e ofendidos, pensamos que não passou de uma brincadeira de Jorge Amado. Apesar de ser possível acontecer uma traição, achamos pouco provável que tenha ocorrido algo parecido, pois era uma sociedade patriarcal, onde a mulher sempre aparecia como dependente do homem, quase um objeto. Afinal um escritor precisa se utilizar de tramas pouco corriqueiras. Não se pode escrever um romance sem uma pitada de sal e pimenta. Vida normal, monótona e certinha não tem a menor graça, certamente não vende livros.

“-Vem com coragem que eu sou é de Ilhéus...- para que os malandros recuassem acovardados” (AMADO, 1987a, p. 23). No livro de Sá Barreto (1988), ele conta uma passagem em que o coronel Henrique Alves, um dos fundadores de Itabuna, foi a Salvador. Quando se dirigia a pé, para o Plano Inclinado, nas imediações do Café Pirangy, na Cidade Baixa, passou por um local onde estava se realizando um comício e um gaiato soltou uma bomba. Com a correria a multidão saiu sem rumo certo e umas pessoas esbarraram no coronel. Este puxou o parabelum, segurou o braço de um rapaz e disse: “Meu amiguinho, estou chegando de viagem, não venho comprando valentia, nem vendendo covardia”.

Jorge Amado fala, (p. 26) na voz de um personagem, Antonio Vítor, que homens que tinham ido antes para Ilhéus haviam escrito contando que o dinheiro era fácil e que também era fácil conseguir um pedaço de terra para plantar cacau. No capítulo sobre a ocupação da terra vimos que até os primeiros anos deste século isto era viável e possível. Foram muitas as pessoas que chegaram à região pensando em demarcar um pedaço de terra, plantar roças de cacau e de subsistência, para então vender tudo e voltar rico para casa ou, na pior das

hipóteses, mandar buscar a família. A grande maioria morreu pobre, nunca conseguiu realizar seus sonhos.

Jorge Amado é muito detalhista, ele apresenta a intimidade dos lares, mostrando-os de diferentes formas. Na casa dos Badaró, lia-se a Bíblia diariamente, mais como uma superstição do que propriamente como devoção. Na casa do coronel Horácio, sua esposa era uma pessoa muito infeliz, que odiava a mata, tinha medo de cobra e sonhava com a cidade grande.

O autor descreve as relações de trabalho e a vida cotidiana numa fazenda de cacau, a exemplo do sistema de “barracão”, no qual o trabalhador é explorado. Isto o torna cada vez mais dependente do patrão. Ele fala também da política na região e no Estado.

O romance trata ainda de vários “caxixes”, referindo-se a esses como prática bastante utilizada na região. Hoje, o dicionário de Aurélio Buarque, traz a palavra com conotações ligadas à região cacauzeira, e todo mundo sabe que esta prática foi bastante utilizada. Já citamos, anteriormente, os “caxixes” referidos pelo sociólogo Gustavo Falcón. Mas na página 31 do romance, o autor fala de um em especial, realizado pelo coronel Horácio da Silveira com a ajuda do advogado dr. Rui. Quando Falcón (1985) aborda o assunto, refere-se aos advogados, e cita como entre os mais conhecidos e respeitados, João Mangabeira e Gileno Amado, e refere-se a um, não tão famoso, mas muito importante, o dr. Rui Penalva de Faria, “nome freqüente nos registros dos processos de compra de terras do Estado, certamente funcionando como testa-de-ferro de algum fazendeiro abastado” (p. 94). Certamente ele serviu de inspiração para o romancista.

O autor dá o nome de Auricídia à esposa do coronel Maneca Dantas. Este é o nome da fazenda onde ele nasceu, no distrito de Ferradas.

Juca Badaró leva um dos homens de sua confiança, o negro Damião, um homem forte e destemido, capaz de matar sem

compaixão e que ao mesmo tempo era capaz de ser bondoso com as crianças, como se fosse a mais inocente das criaturas, na presença do seu irmão Sinhô Badaró, para acertarem a morte de Firmo, o pequeno fazendeiro “cabeçudo” que não queria vender-lhes a propriedade, impedindo assim que chegassem à cobiçada mata do Sequeiro Grande. Sinhô relutou em dar a ordem; Juca, nas entrelinhas, chamou-o de covarde e a conversa foi ouvida pelo negro Damião que se encontrava do lado de fora da varanda:

“-Tu acha bom matar gente? Tu não sente nada? Nada por dentro?” (AMADO, 1987a, p. 88).

O escritor dá muita ênfase a esta passagem, o que chamou nossa atenção de maneira forte. É impressionante como Jorge Amado trata o remorso. Muito mais do que os personagens, é importante a forma como o tema é tratado. Juca matava até por certo prazer. Sinhô não gostava de matar, só o fazia quando era necessário. Damião matava porque era mandado. Na verdade não tinha responsabilidade, pois aquilo que fazemos sem consciência, não envolve culpa. A partir do momento em que o negro Damião tomou consciência dos seus atos, tornou-se um “pecador”. Estes fatos nos chamaram a atenção, pois se trata da moral judaico-cristã, que é a base da nossa cultura. Mesmo não sendo psicólogo, é muito grande a sensibilidade do escritor Jorge Amado. A narrativa destes fatos é de uma profundidade muito grande.

No meu entender é um dos momentos mais bonitos do romance, quando evolui na cabeça do negro Damião a sensação do remorso, atingindo o ápice quando ele perde o tiro e sai correndo, tomado por um ataque de loucura. É o homem diante de sua fraqueza e de sua pequenez. O processo psicológico do homem diante do “matar outro ser humano” é um ponto muito interessante. De um primitivismo inicial, sem culpa, até o ponto máximo de culpa total. Sabemos que para os coronéis do cacau, matar não era crime, mas uma ne-

cessidade que tinha que ser assumida. E mandar matar, além de não ser considerado crime, demonstrava que quem o fazia era portador de grande coragem.

O autor, além de narrar uma estória, fala muito da psicologia que envolve a raça humana, fala da alma das pessoas. O diálogo entre os dois irmãos Badaró, e que foi ouvido pelo negro Damião, é um bom exemplo disto.

No romance encontramos uma passagem que diz “que os Badaró não sabiam o que era o medo” (Idem, p. 107). Tivemos depoimentos que atestaram isto como um fato. Pensamos que não ocorria apenas com os Badaró, mas com todos os líderes da região cacauceira. Afinal, não se vence a mata, a solidão, a natureza, se não for com uma grande dose de coragem.

No romance Terras do Sem Fim, por nós estudado, existe uma passagem muito interessante, onde o correligionário e amigo do coronel Horácio, dr. Jessé, um covarde conhecido, estava em praça pública, com professores e alunos do colégio do qual era o diretor, plantando uma árvore numa solenidade muito concorrida. Foi quando chegou o coronel Teodoro das Baraúnas, amigo de Sinhô Badaró, para acabar com a festa fazendo pipi em todo mundo. Está relacionado com o depoimento da sra. Itassucê Sá Barreto sobre o que, um dia, Juca Badaró e seus amigos fizeram com o genro do coronel Basílio, Alonso Martins.

Pensamos que é muito interessante o trabalho que realiza um romancista. Ele mistura a personalidade das pessoas, os fatos acontecidos e também as datas. Na ordem cronológica dos fatos, em 1910, Itabuna foi elevada à categoria de cidade, em 1913, Ilhéus foi transformada em bispado, chegando o primeiro bispo em 1915, e a luta pelas terras do Sequeiro do Espinho aconteceu em 1919. No romance Terras do Sem Fim pudemos observar que a cronologia é inversa: primeiro aconteceu a luta, depois a chegada do bispo e, só depois, no fim do romance, Itabuna foi elevada a cidade.

Um assunto que tem chamado a atenção das pessoas que trabalham a obra de Jorge Amado é a forma como ele fala das prostitutas, das “raparigas” como se dizia naquela época. Ele demonstra carinho e respeito por elas, e coloca-as sempre como vítimas. Nesta obra também. Ele narra o sentimento das pessoas, seus anseios, seus desejos, suas desventuras.

Amado (1987a, p. 118) fala de três irmãs que se prostituíram em consequência da pobreza em que viviam. Sua narrativa é muito mais que prosa, é como uma poesia em forma de prosa. Tem até o ritmo de uma poesia.

Seus valores não são, certamente, os da maioria. A forma como ele coloca conceitos e preconceitos sociais são de uma pessoa muito sensível que sabe que não estamos aqui para julgar ninguém. O que são fidelidade e traição, coragem e covardia? Conceitos muito variáveis conforme a educação, a sociedade e a cultura. Também no romance encontramos estes conceitos, não só do autor, mas principalmente da mentalidade daquela época.

O escritor fala da importância da construção do colégio das freiras, do Grupo Escolar, da mudança de hábitos dos coronéis, que no início moravam pobremente nas roças, transferindo-se aos poucos para a cidade. Fala também das festas religiosas, dos padres e da importância que tinham os coronéis para estas festas. Conta da mobilidade social, do papel dos jornais, do empastelamento destes, de muitos costumes das terras do cacau.

No romance, o escritor fala da casa nova de Horácio, “o palacete” (Idem, p. 179), certamente a casa nova do coronel Misael Tavares, já tratada em outro capítulo. No romance, a casa fica na Cidade Nova, bairro onde havia sido anteriormente a fazenda Opaba, e que despontava como bairro nobre. A casa do coronel Misael está situada na rua Francisco Lavigne de Lemos.

Uma estória de espantar, a história da mata do Sequeiro Grande. Na mesma noite em que os irmãos Merenda e

os três cabras de Horácio haviam atacado a Sinhô Badaró no atalho, nessa mesma noite Juca partiu à frente de dez homens e cometeu uma série de estrepolias na redondeza (AMADO, 1987a, p. 211).

Parece-nos que este parágrafo vai ao encontro do depoimento de Itassucê Sá Barreto, quando diz que eles estavam com excesso de confiança, não respeitavam mais ninguém, faziam o que bem entendiam.

No romance, o que precipitou o começo da luta foi uma tocaia que armaram para Juca Badaró. Os depoimentos que conseguiu e o cronista Silva Campos afirmam este ponto como verdadeiro.

O final do romance é todo dedicado à luta pela posse das terras do Sequeiro Grande: a reação das pessoas, o conformismo dos pequenos, sabendo que poderiam morrer, os inúmeros versinhos criados e cantados pela população.

A morte de Ester, esposa do coronel Horácio, que sonhava sair dali e viver com o amante, dr. Virgílio, é de uma beleza indescritível. É também de espantar que um homem, o autor, nascido em 1912, seja capaz de compreender que o amor não tem fronteiras. Que o fato de ser casada com alguém que não se ama, não impede essa pessoa de um dia amar de verdade. E fala da amizade que existia entre os dois, o marido e o amante, e até de uma certa cumplicidade com total inocência do marido traído. Após o conhecimento da situação, mesmo com a mulher morta, um coronel tinha que honrar seu nome. “Vou mandar liquidar ele...” (AMADO, 1987a, p. 265).

A angústia do coronel Maneca Dantas, amigo do coronel Horácio e do dr. Virgílio, fazendo tudo para salvar o segundo quando o coronel descobriu tudo. E questionando o relacionamento deste com Ester, a esposa do coronel. “Também Maneca Dantas não sabe por que diabo essa gente que engana marido, com tanto perigo, ainda se dá ao luxo de escrever cartinhas de amor. Coisa de idiota...”

O final do livro apresenta o julgamento do coronel Horácio da Silveira, que foi presenciado por um personagem incomum: “Um menino, que anos depois iria escrever as histórias desta terra”. Sabe-se que este personagem é o próprio autor que certamente assistiu ao julgamento do coronel Basílio quando contava seus nove anos. Possivelmente os fatos narrados são verdadeiros ou, pelo menos, são o registro daquele menino inteligente que gostava de ouvir estórias e cujo professor, no colégio maristas, de Salvador, disse um dia ao ler uma redação: “Esse menino vai ser um grande escritor!”.

“O juiz leu a sentença absolvendo o coronel Horácio da Silveira por unanimidade de votos” (AMADO, 1987a, p. 262). Certamente estes fatos são verídicos, acontecidos ao coronel Basílio, o que faz com que as pessoas identifiquem Basílio e Horácio como a mesma pessoa. Basílio, personagem regional, e Horácio, na Literatura.

Não adianta mais pensar em fugir, agora seus pés estão presos ao visgo daquela terra, visgo de cacau mole, visgo de sangue também. Nunca mais será possível sonhar outra vida diferente. Agora ele era também um grapiúna, definitivamente um grapiúna (AMADO, 1987a, p. 232).

Esta narrativa relata uma passagem do doutor Virgílio, quando pensou em fugir e sentiu que não era mais possível.

Podemos dizer que estamos chegando ao fim do ciclo do cacau, como chegamos um dia ao fim do ciclo do café. Foram cem anos de muitas lutas, de muita glória, de muita irresponsabilidade também e, sobretudo, de muito dinheiro. Uma história foi forjada do sangue e do suor daqueles que um dia ousaram acreditar que poderiam transformar uma terra de ninguém num centro produtivo de riquezas e de cultura, que seriam cantadas no mundo inteiro por um filho desta

terra que se tornou ilustre porque escreveu o que viu e o que ouviu contar. A história deste povo, mistura de tudo quanto havia, da terra e até de fora do país, é apenas uma parcela da história do povo brasileiro. Tornar-se grapiúna significa sentir esta terra como sua, lutar por ela e ser antes de tudo um forte. Esperamos firmemente que a nação grapiúna se erga das cinzas como uma ave fênix e, mesmo sem o cacau, a saga deste povo continue a brilhar.



Construção da Avenida Soares Lopes

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante quase dois anos trabalhamos em dezenas de páginas que foram escritas e reescritas. Lemos inúmeros livros visando buscar nossa fundamentação teórica, a metodologia que iríamos utilizar e, principalmente, definir a linha, o encaminhamento que daríamos ao nosso trabalho.

Em um determinado momento nos deparamos com uma realidade que nos assustou bastante: nada parecia real. Foi o momento em que descobrimos que Sinhô Badaró havia morrido antes de começar a luta. O coronel Basílio de Oliveira possuía muitos traços do coronel Horácio da Silveira na ficção, mas o romance não era biográfico. Que fazer? Levamos nossa angústia aos nossos professores e recebemos todo o apoio possível. “Vá em frente! Continue!”

Realmente valeu a pena, foi um trabalho gratificante. Nosso amor pelas terras de São Jorge é conhecido. A intimidade com sua história serviu para aumentá-lo. As conclusões a que chegamos foram, de certa forma, surpreendentes.

Na obra já citada, *Navegação de Cabotagem*, o escritor Jorge Amado dá a pista para o que procurávamos: “Personagem de romance dificilmente retrata tal ou qual pessoa, não é ninguém por ser quase sempre a soma de vários indivíduos” (p. 553).

A respeito da identificação que as pessoas fazem entre o coronel Basílio e o coronel Horácio da Silveira, o autor refuta, dizendo que o mesmo era o somatório dos coronéis da sua infância, e inclui até seu próprio pai, o coronel João Amado. Pudemos comprovar a veracidade destas palavras. A família não era a mesma, em muitos acontecimentos pudemos encontrar passagens relativas ao coronel Misael Tavares, e muitas coisas diferentes, como a viuvez, a dupla traição das esposas e outras coisas mais. Até mesmo a sagacidade do personagem do

romance era diferente, pois pudemos constatar que o coronel era uma pessoa relativamente ingênua que acreditava em tudo o que os companheiros costumavam dizer.

Sobre outro personagem, Sinhô Badaró, a família costuma dizer que a personalidade do coronel da literatura é mais parecida com a que o autor deu ao seu irmão Juca, e ainda assim em se tratando de biografia, o que encontramos foi uma “salada de frutas”. Quando eclodiu a luta, o Sinhô da vida real já havia morrido. Conforme a narrativa de seus filhos, Sinhô preparava-se para ir embora de Ilhéus porque sua mãe pediu-lhe que se afastasse da situação e dos barulhos que se anunciavam. Provavelmente não deveria ser este valentão de quem muitos falam. O que o autor diz sobre ele é que “tem o nome exato de outro conquistador de terras cuja majestade se impunha à imaginação do menino grapiúna, o personagem herdou-lhe a figura de profeta e a soberbia, o resto tomou de outros menos imponentes”. Para utilizar o nome de Sinhô Badaró, o autor contou com a permissão escrita de um irmão seu.

A reação da população de Ilhéus à obra de Jorge Amado foi muito interessante. No início eles odiavam a situação. O escritor havia “maculado” a honra da nação grapiúna. Quando o sucesso tomou conta e, segundo o próprio autor, a partir da novela realizada pela televisão das obras Gabriela e Terras do Sem Fim, para cada personagem sobravam vários modelos. Todos queriam ser Mundinho Falcão, Ramiro Bastos ou coronel Horácio. Conta Jorge Amado que o tabelião aposentado, Tonico Pessoa, falecido em 1985, mandou confeccionar cartões de visita com seu nome verdadeiro e um pouco abaixo, o nome do personagem com o qual se identificava. Em certa ocasião, entrevistado por uma emissora de televisão, o tabelião Tonico Pessoa afirmou categoricamente que era ele o personagem Tonico Bastos, quando o próprio autor revelou que este era um somatório de pelo menos três pessoas conhecidas.

Continuando sua narrativa o escritor vai descrevendo os

modelos que utilizou ao nomear seus personagens, muitos deles seus amigos e com personalidade completamente contrária a do personagem da literatura.

O que podemos concluir é que o escritor baseou-se em fatos históricos, em fatos que realmente aconteceram, para formar sua trama. Se a vida dos personagens do romance não coincide com a biografia das pessoas que fizeram a história desta terra, é porque a proposta é de um romance onde o compromisso com a ciência está dispensado. O escritor utilizou-se da licença a que tem direito, garantiu sua autonomia como ficcionista e diluiu os episódios dos fatos históricos, ou criou novos fatos.

Não posso saber o que se passa na cabeça do escritor ao escrever um romance, provavelmente ele também não, mas entendo que o que torna diferentes os escritores comuns daqueles que têm a genialidade de um Jorge Amado, é que a cabeça deste último é capaz de criar uma estória baseada na história, utilizando sua imaginação e vivência.

O romance Terras do Sem Fim utiliza a história do crescimento da região cacaueteira, de suas lutas e de sua glória para enriquecer as páginas da literatura brasileira. O escritor Jorge Amado, um dos mais ilustres filhos desta terra, é, ele também, um fruto nascido nos tempos áureos da cacauicultura. Se um dia o cacau for apenas lenda e história, certamente estas serão muito mais ricas por causa deste fruto nascido nos cacauais de Ferradas.

## **FONTES IMPRESSAS E ORAIS**

### ENTREVISTAS:

- MALVINA BADARÓ BATHOMARCO - Sobrinha de Sinhô Badaró - 25.01.95
- VITÓRIO KRUSCHEWSKI BADARÓ - Filho de Sinhô Badaró - 06.02.95
- ITASSUC SÁ BARRETO - Neta do coronel Basílio de Oliveira - 05.04.95
- RAIMUNDO PACHECO SÁ BARRETO - Esposo de Itassucê - 14.05.96

### CONSULTAS:

- Entrevista concedida aos alunos da UESC pela senhora Ana Amélia Amado Calmon Cintra, bisneta do coronel Manoel Misael da Silva Tavares e neta de Amélia e Gileno Amado.

### JORNAL:

- O DIÁRIO DA TARDE - edições de maio de 1929

## BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Manoel M. **Pequena História da Formação Social Brasileira**. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

ALENCAR et all. **Brasil Vivo**. Petrópolis: Vozes, 1990.

AMADO, Jorge. **Terras do Sem Fim**. Rio de Janeiro: Record, 1987.

\_\_\_\_\_. **São Jorge dos Ilhéus**. Rio de Janeiro: Record, 1987.

\_\_\_\_\_. **Cacau**. Rio de Janeiro: Record, 1987.

\_\_\_\_\_. **Tocaia Grande**. Rio de Janeiro: Record, 1986.

\_\_\_\_\_. **Gabriela, Cravo e Canela**. Rio de Janeiro: Record, 1992.

\_\_\_\_\_. **Navegação de Cabotagem**. Rio de Janeiro: Record, 1992.

AZEVEDO, Thales de e LINS, E.Q. Vieira. **História do Banco da Bahia 1858 - 1958**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

BARBOSA, Carlos Roberto Arléo. **Ilhéus**. Ilhéus: Instituto de Cacau da Bahia, 1977.

BRIGHT, Chris. **O Chocolate Pode Resgatar a Floresta**. In World Watch. Salvador: UMA Editora, 2000.

CAMPOS, João Silva. **Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus**. Rio de Janeiro: Conselho Federal da Cultura, 1981.

CARDOSO, Ciro Flamarion e BRIGNOLI, Héctor Pérez. **Os Métodos da História**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

CARONE, Edgar. **A República Velha; Instituições e Classes Sociais**. São Paulo: Difel, 1972.

\_\_\_\_\_. **O Estado Novo**. São Paulo: Difel, 1976.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**. Lisboa: Difel, 1988.

COELHO FILHO, Luis Walter. **A Capitania de São Jorge e a**

**Década do Açúcar.** Salvador: Editora Vila Velha, 2000.

DAVATZ, Thomas. **Memórias de um Colono no Brasil: 1850** Tradução, notas e prefácio de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Martins, 1972.

FALCÓN, Gustavo. **Os Coronéis do Cacau.** Salvador: CED Universidade Federal da Bahia. Ianamá, 1995.

FAUSTO, Boris (Dir.). O Brasil Republicano. In: **História Geral da Civilização Brasileira.** São Paulo. Difel, 1975.

FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de. **Os Donos dos Frutos de Ouro.** Salvador: UFBA, 1979, 122 p. (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, 1979).

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1982.

GARCEZ, Angelina Nobre Rolim e FREITAS, Antonio Ferreira de. Bahia Cacaueira: Um Estudo de História Recente. **Estudos Baianos.** Salvador: UFBA, 1979, n. 11, 1979.

GARCEZ, Angelina Nobre Rolim. **Diagnóstico Sócio-econômico da Região Cacaueira.** História Econômica e Social da Região Cacaueira, v. 8, Ilhéus, 1975.

\_\_\_\_\_. **Mecanismos de Formação da Propriedade Cacaueira no Eixo Itabuna/Ilhéus - 1890-1930:** Um Estudo de História Agrária. Salvador: UFBA, 1977, 216 p. (Dissertação de Mestrado em Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 1977).

MENDES JR., A. e MARANHÃO, R. **Brasil História - República Velha.** São Paulo: Hucitec, 1989.

NETO, Francolino. **Reflexões Acadêmicas.** São Paulo: Massao Ono, 1990.

OLIVEIRA, Waldir F. **História de um Banco.** Salvador: Museu Eugênio Teixeira Leal, 1993.

PEREIRA FILHO, Carlos. **História e Fatos de Ilhéus.** Ilhéus: Ceplac, 1981.

PESSOA, Mário de Castro. **No Tempo de Mário Pessôa**. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1994.

SÁ BARRETO, Raimundo. **Notas de um Tabelião de Ilhéus**. São Paulo: RK Editores, 1988.

TAVARES, Luis Henrique D. **História da Bahia**. São Paulo: Ática, 1987.

TEIXEIRA, Marli Geralda e ANDRADE, Maria José de Souza. **Memória Histórica de São Gonçalo dos Campos**. Salvador: Artes Gráficas, 1984.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VIEIRA, José Haroldo de Castro. **O Visgo do Cacau**. São Paulo: GRD, 1994.

VIOTTI, Emília. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. S.P. Editorial Grijaldo, 1977.

A história da região onde se insere a cidade de São Jorge dos Ilhéus começa na década de trinta do século XVI, nos tempos das capitanias hereditárias, quando se iniciou a ocupação das novas terras encontradas pelos portugueses. Seu nome se deve a uma homenagem ao donatário português, Jorge de Figueiredo Corrêa, e às inúmeras ilhas que existiam naquela época.



ISBN 857455081-7



9 788574 550817